

Iniciativa de Gênero



Dimensões da desigualdade no desenvolvimento do turismo no nordeste

Dimensões da Desigualdade
no Desenvolvimento do Turismo no Nordeste.

Dimensões da Desigualdade

no Desenvolvimento do Turismo no Nordeste.

Elizabeth Mafra Cabral Nasser

Estela Márcia Scandola

Fabiana Marcelino

Ilena Felipe Barros

Jaqueline Souza Leite

Jefferson Souza da Silva

Jolúcia Batista

Luizianne Lins

Maria Dolores Mota Farias

Marion Teodósio de Quadros

Sheila Nogueira

Silvia Maria Sampaio Camurça (org.)



S · O · S
CORPO
GÊNERO E
CIDADANIA

EDIÇÕES

Dimensões da Desigualdade no Desenvolvimento do Turismo no Nordeste

Coordenação do Seminário Coletivo Leila Diniz em parceria com Instituto Terramar,
Centro Josué de Castro e SOS Corpo Gênero e Cidadania.

Uma realização da Iniciativa de Gênero

Organizadora da publicação Sílvia Maria Sampaio Camurça

Coordenação de Produção Márcia Laranjeira

Produção Executiva Fátima Ferreira

Projeto Gráfico e Capa Carlos Pellegrino

Revisão Consultexto

C211d CAMURÇA, Sílvia Maria Sampaio.

Dimensões da desigualdade no desenvolvimento do turismo
no Nordeste / Sílvia Maria Sampaio Camurça (org.). Recife:
SOS CORPO – Gênero e Cidadania, 2003.

120 p.

Bibliografia

I – Título 1. Turismo: Nordeste 2. Desenvolvimento 3. Gênero

CDU 379.85

Esta publicação foi possível graças ao apoio de ICCO, EED, Novib e CCE.

Este trabalho foi desenvolvido com o apoio financeiro da Comissão Europeia. Os pontos de vista expressos são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a posição oficial da Comissão.

Sugerimos e motivamos a reprodução total ou parcial das idéias aqui expostas por todos os meios (conhecidos e desconhecidos). Para a cópia e difusão, favor citar as fontes.

SUMÁRIO

- 09 Apresentação

Significados do turismo

- 15 *Maria Dolores Mota Farias e Sheila Nogueira.* Turismo e emprego em Flecheiras: soluções e dilemas de um canto de sereia.
- 27 *Jolúcia Batista*, com colaboração de *Fabiana Marcelino e Ilana Felipe Barros.* Impactos do desenvolvimento do turismo no litoral sul do Rio Grande do Norte.
- 37 *Marion Teodósio de Quadros.* Desigualdades de gênero e o desenvolvimento turístico em Pernambuco
- 53 *Elizabeth Mafra Cabral Nasser.* A mesma triste história. Mulheres praieiras vivendo sob o contexto de desenvolvimento turístico no litoral nordestino.

Exploração sexual no turismo

- 65 *Jaqueline Souza Leite.* A exploração das mulheres na dinâmica do turismo sexual
- 71 *Luizianne Lins.* Turismo sexual: uma CPI para enfrentá-lo.



Monitorar o desenvolvimento.

- 83 *Estela Márcia Scandola.* Monitoramento do Programa Pantanal: exercício, busca, descobertas, acordos, desacordos...
- 93 *Jefferson Souza da Silva.* Sobre a relação entre sociedade civil e BID no contexto do Prodetur
- 101 *Silvia Maria Sampaio Camurça.* A título de síntese: questões sobre a desigualdade no desenvolvimento do turismo.
- 109 *Fórum em Defesa da Zona Costeira do Ceará.* Algumas proposições para o turismo sustentável à luz da avaliação crítica dos impactos negativos do Prodetur no Ceará.

Apresentação

Esta publicação reúne textos com distintas abordagens sobre o desenvolvimento do turismo na perspectiva de ongs e movimentos sociais do nordeste. Nela você vai encontrar resumos de trabalhos de pesquisa, na forma de estudos de caso, realizados por ongs em comunidades litorâneas do nordeste; textos editados a partir de exposições que integraram painéis e oficinas do seminário Dimensões da Desigualdade no Desenvolvimento do Turismo no Nordeste, e propostas para um turismo ambientalmente sustentável e socialmente justo, elaboradas no contexto de avaliação do Prodetur - Programa de Desenvolvimento do Turismo, no Ceará.

O seminário, realizado entre 17 e 19 de novembro de 2002 na cidade de Natal, ao qual vinculam-se a maioria dos textos aqui publicados, esteve sob a coordenação do Coletivo Leila Diniz(RN), em parceria com o Instituto Terramar (CE), o Centro Josué de Castro (PE) e o SOS Corpo - Gênero e Cidadania(PE). Este grupo de organizações, juntamente com o Centro das Mulheres do Cabo e Chame (a partir de 2002), integram a Iniciativa de Gênero, uma iniciativa de monitoramento compartilhado sobre os efeitos do desenvolvimento do turismo no nordeste, em especial daquele resultante das intervenções de organismos governamentais e multilaterais.

O seminário pretendeu constituir-se como espaço de interlocução entre aliados e aliadas na luta por um turismo alternativo, cujo desafio

é também de construir a crítica e desconstruir mitos no discurso oficial do turismo apresentado como solução para a pobreza e caminho para o desenvolvimento do nordeste. Pretendeu, também, dar visibilidade e espaço de fala e escuta às mulheres das comunidades atingidas pelo Prodetur e focar as dimensões da desigualdade no desenvolvimento do turismo, em especial as de gênero, ainda que considere-se também as desigualdades de classe e aquelas decorrentes do racismo. Por fim, como terceiro objetivo, o seminário pretendeu constituir-se em plataforma para intervenção na mídia local da cidade de Natal, dando relevo a outras perspectivas que contradizem o discurso oficial e dos empresários do setor acerca dos benefícios do turismo.

Os textos aqui publicados condensam grande parte do conteúdo principal dos debates e estão agrupados em 3 sessões. A primeira parte, trata da perspectiva das comunidades, reúne textos elaborados a partir de três estudos de casos que estão em andamento no Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco, todos realizados no contexto da Iniciativa de Gênero, com apoio de ICCO. Soma-se a estes textos, nesta parte, a síntese da oficina de intercâmbio entre mulheres praieiras, realizada durante o seminário, registrando aqui a presença no debate do pensamento e reflexão das próprias mulheres participantes do seminário e atingidas pelo turismo nas praias de Fortaleza e Rio Grande do Norte.

A segunda parte da publicação reúne textos relativos ao tema do sexo turismo, elaborados a partir de exposições em um painel e uma oficina. Em comum apenas o tema. O primeiro texto trata de expor de forma didática o conceito de sexo turismo trabalhado em uma oficina durante o seminário e apontar a dinâmica de exploração das mulheres. O segundo texto relata o processo de realização de uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre sexo turismo no Ceará. A intenção, ao publicá-los aqui, é conferir destaque ao problema que crescentemente vem sendo considerado com a devida importância nos processos de avaliação dos efeitos do desenvolvimento do turismo no Brasil.

Os textos reunidos na terceira parte apontam desafios para organizações da sociedade civil incidirem nos rumos do programas governamentais de desenvolvimento e apresentam propostas alternativas. São textos que trazem reflexões sobre os desafios de

é também de construir a crítica e desconstruir mitos no discurso oficial do turismo apresentado como solução para a pobreza e caminho para o desenvolvimento do nordeste. Pretendeu, também, dar visibilidade e espaço de fala e escuta às mulheres das comunidades atingidas pelo Prodetur e focar as dimensões da desigualdade no desenvolvimento do turismo, em especial as de gênero, ainda que considere-se também as desigualdades de classe e aquelas decorrentes do racismo. Por fim, como terceiro objetivo, o seminário pretendeu constituir-se em plataforma para intervenção na mídia local da cidade de Natal, dando relevo a outras perspectivas que contradizem o discurso oficial e dos empresários do setor acerca dos benefícios do turismo.

Os textos aqui publicados condensam grande parte do conteúdo principal dos debates e estão agrupados em 3 sessões. A primeira parte, trata da perspectiva das comunidades, reúne textos elaborados a partir de três estudos de casos que estão em andamento no Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco, todos realizados no contexto da Iniciativa de Gênero, com apoio de ICCO. Soma-se a estes textos, nesta parte, a síntese da oficina de intercâmbio entre mulheres praieiras, realizada durante o seminário, registrando aqui a presença no debate do pensamento e reflexão das próprias mulheres participantes do seminário e atingidas pelo turismo nas praias de Fortaleza e Rio Grande do Norte.

A segunda parte da publicação reúne textos relativos ao tema do sexo turismo, elaborados a partir de exposições em um painel e uma oficina. Em comum apenas o tema. O primeiro texto trata de expor de forma didática o conceito de sexo turismo trabalhado em uma oficina durante o seminário e apontar a dinâmica de exploração das mulheres. O segundo texto relata o processo de realização de uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre sexo turismo no Ceará. A intenção, ao publicá-los aqui, é conferir destaque ao problema que crescentemente vem sendo considerado com a devida importância nos processos de avaliação dos efeitos do desenvolvimento do turismo no Brasil.

Os textos reunidos na terceira parte apontam desafios para organizações da sociedade civil incidirem nos rumos do programas governamentais de desenvolvimento e apresentam propostas alternativas. São textos que trazem reflexões sobre os desafios de

Significados do turismo

Turismo e Emprego em Flecheiras: soluções e dilemas de um canto de sereia.

Maria Dolores Mota Farias
Sheila Nogueira

Este estudo trata sobre os efeitos do desenvolvimento turístico na vida de mulheres residentes em Flecheiras-Trairi, área de intervenção do Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste – Prodetur-NE, no Ceará — e foi realizado pelo Instituto Terramar em parceria com o NEGIF/UFC¹.

É mister observar que reflexões críticas sobre o Prodetur-NE em relação às mulheres tem sido uma demanda de entidades mistas e feministas envolvidas na tarefa de fortalecer ações de desenvolvimento que transformem estruturas de dominação e exclusão — dentre as quais as das relações de gênero —, de modo a reduzir suas desigualdades. Abordar o turismo faz-se necessário na medida em que, em uma de suas múltiplas faces, esta atividade tem agido sobre as relações de gênero no sentido de reforçar a desigualdade entre homens e mulheres — sobretudo apropriando-se da imagem da mulher como objeto: utiliza-se o corpo feminino, oficial e extra-oficialmente, como recurso propagandístico para o desenvolvimento turístico, atraindo turistas em busca de prazeres sexuais fáceis e incentivando a prostituição e o tráfico de mulheres.

O Prodetur-NE foi criado pela SUDENE em 1991, sob iniciativa e influência dos governadores nordestinos que se empenharam em sua concepção e implementação, na expectativa de dinamizar a economia local (Rodrigues,

1996). Este projeto vem sendo viabilizado desde 1993, apresentando indícios de que “tem afetado significativamente a vida das populações locais, incidindo igualmente na vida das mulheres” (Franch e Camurça, 2001).

O conhecimento dos efeitos desse Programa sobre a vida das mulheres constitui uma necessidade fundamental para capacitar a sociedade civil na interlocução com o Estado brasileiro e com as instituições financeiras multilaterais sobre as políticas de ajuste estrutural, no sentido da inclusão da dimensão de gênero em políticas públicas de turismo, ao tempo em que explicita as conseqüências de modelos de desenvolvimento sobre a qualidade de vida das mulheres.

O investimento no desenvolvimento turístico tem sido utilizado como alternativa para dinamizar economias em crise ou para enfrentar a pobreza, sendo elemento integrante de políticas governamentais e das Instituições Financeiras Multilaterais – IFMs, tais como o Banco Mundial – BIRD, o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e o Fundo Monetário Internacional – FMI, que lhes destinam somas consideráveis de financiamento. Vale ressaltar, também, que o turismo é, hoje, uma das ações prioritárias das políticas de desenvolvimento no Estado do Ceará, o qual institui um modelo de turismo internacional voltado a demandas de lazer estabelecidas pelos padrões dos países desenvolvidos.

Embora o Prodetur-NE não seja definido como um projeto de turismo, ele tem promovido a consolidação e a expansão dessa atividade em moldes ajustados ao turismo globalizado, cuja característica tem sido a sua transformação de atividade de lazer espontâneo para uma necessidade a ser preenchida por produtos especializados que são produzidos no circuito do mercado, fortemente organizado em torno de tecnologias midiáticas e de uma dinâmica baseada no espetacular, no fabuloso e na moda. É possível, então, encontrarmos uma relação entre a chamada “política de megaprojetos turísticos” — empreendida principalmente pelo poder público em vastas áreas do litoral nordestino, promovendo um modelo de urbanização internacional nessas áreas — e os projetos turísticos particulares (grandes Resorts, por exemplo), que se instalam em seus entornos (Ariza da Cruz, 1997).

As ações do Prodetur-NE abrangem toda a faixa costeira de 3.300 km da Região Nordeste e está entrando na sua fase II. No Ceará, a primeira fase do Prodetur abrangeu Fortaleza e uma área do litoral oeste composta

por seis (6) municípios: Caucaia, São Gonçalo do Amarante, Paracuru, Paripaba, Tairi, e Itaipoca — região esta denominada de Costa do Sol Poente. Essa primeira fase encerrou-se em dezembro de 2001 e contou com investimentos da ordem de US\$ 160,00 milhões.²

Vale ainda salientar que, desde a sua implantação no Ceará, o Prodetur tem sido acompanhado pelo Fórum do Litoral, Cidadania e Meio Ambiente (1994-1997) e depois pelo Fórum em Defesa da Zona Costeira Cearense (desde 2000).

Esses Fóruns são desenvolvem trabalhos na área costeira do estado e se constituem em torno de articulações com o objetivo de contribuir na construção de políticas públicas na costa cearense numa perspectiva de sustentabilidade sócio-ambiental, de modo a fortalecer e empoderar os sujeitos locais (Fórum, 2002).

O Instituto Terramar, enquanto entidade, integra o Fórum em Defesa da Zona Costeira do Ceará, sendo filiado à Rede Brasil de Acompanhamento das Instituições Multilaterais e à Iniciativa de Gênero — que, dentre outros projetos financiados pelas IFMs, monitora o Prodetur-NE numa perspectiva de gênero.

A realização de uma pesquisa de campo junto à população de uma área atingida pelo Prodetur se justifica na medida em que o Fórum em Defesa da Zona Costeira tem identificado inúmeros problemas que os/as moradores/as nativos/as das localidades da área desse Projeto vêm vivenciando no seu cotidiano — e que não são contemplados nas propostas dos governos (estadual e municipais). O estudo centrou um olhar geral sobre os impactos do modelo turístico que vem sendo implementado no curso do Prodetur e, especificamente, sobre as condições de vida das mulheres moradoras de Flecheiras, no litoral de Tairi.

O Prodetur em Flecheiras

A comunidade de Flecheiras localiza-se no município de Tairi, litoral oeste do Estado do Ceará. Os aproximadamente 150 km da estrada estruturante que ligam Fortaleza a esta comunidade apresentam importância fundamental para a compreensão da sua organização espacial. Isto porque, mais do que indicar como se dá o fluxo de veículos, a estrada figura como símbolo da inserção de Flecheiras enquanto área

prioritária do Prodetur-CE, indicando ser esta uma praia fortemente marcada pelo modelo de turismo desenhado pelo Estado.

Em 2002, a população de Flecheiras era composta por aproximadamente 3.070 habitantes. A pesca é uma das atividades mais importantes, encontrando-se na comunidade cerca de 200 pescadores que, com o seu trabalho, contribuem para fazer da pesca artesanal no Ceará uma atividade fundamental para a manutenção das comunidades litorâneas — já que esta é responsável por cerca de 60% da produção do pescado que abastece o mercado interno do Estado. Coloquemos ainda em relevo uma outra importante atividade: a coleta de algas. Esta atividade é realizada por cerca de 80 mulheres — as coletoras de algas — que, como a maioria das outras mulheres da comunidade, fazem renda ou crochê. Nos últimos anos — entre 1996 e 2001, a partir da intervenção do Prodetur e da expansão turística —, porém, observa-se uma diversificação das atividades ligadas ao artesanato e aos serviços turísticos, tais como barracas, pousadas e hotéis.

Na paisagem de Flecheiras as marcas deste turismo se materializam. Assim, de comunidade pesqueira — com atividades pautadas por um fazer tipicamente artesanal, casas simples e dispostas próximas ao mar —, a comunidade é hoje também marcada pela presença de hotéis, pousadas, casas de veraneio, restaurantes e pelo ir-e-vir constante de turistas. Essa transformação na paisagem traz elementos importantes para o entendimento de como a atividade turística vem interferindo na organização espacial do lugar.

Um primeiro elemento a ser observado remete-nos à segregação espacial, já que com a construção dos equipamentos turísticos, os/as moradores/as foram deslocados/as do espaço da praia para a periferia da comunidade — dando origem ao bairro do Barreiro. É neste bairro que atualmente mora a maioria dos pescadores e pescadoras do lugar e onde nos deparamos com um segundo elemento que compõe a paisagem de Flecheiras: o descompasso entre a infra-estrutura disponibilizada para a realização da atividade turística e a infra-estrutura presente no bairro, quase inexistente. Inexiste saneamento, por exemplo, e o acesso à água se dá através de bombas, sendo que só uma pequena parcela da população possui energia elétrica. Este fato desvela o que tem sido uma marca do Prodetur, não só em Flecheiras mas na grande maioria das localidades em que foi implementado, qual seja: a de implantar a infra-

estrutura prioritariamente nas sedes do município com vistas ao desenvolvimento da atividade turística, excluindo a maioria das localidades litorâneas e suas periferias — portanto, os/as moradores/as nativos/as — do acesso a essa infra-estrutura.

O deslocamento para longe da praia, entre outras coisas, tem contribuído para dificultar a realização da atividade pesqueira. Distantes da praia — espaço de realização do trabalho —, os pescadores e pescadoras têm enfrentado problemas no que se refere à proteção do material de pesca e ao ancoramento das jangadas. Com a ocupação da praia pelos equipamentos turísticos e pelas casas de fim-de-semana, já não sobra espaço de moradia para a população, e nem mesmo para as jangadas — que atualmente encontram seu espaço de praia, para ancoradouro, restrito pelos barraqueiros, pelos donos de pousada ou hotéis. Some-se a isso a sua não inserção no desenvolvimento turístico local, principalmente no que tangê à geração de emprego e renda. A grande maioria de hotéis e pousadas do lugar pertence a pessoas de outros locais e os empregos gerados são, na sua maioria, temporários — como é o caso das atividades ligadas ao setor de construção civil.

Outro relevante elemento a ser considerado é o a degradação ambiental, induzida no uso ilimitado dos recursos naturais, principalmente no que toca à ocupação dos campos de dunas — os quais apresentam limitações de uso específico, dada a sua grande vulnerabilidade. Essa degradação vem ocorrendo em todo o litoral cearense. Em Flecheiras, no entanto, assim como em outras comunidades, esse fato vem se acrescentar a outros: a pesca predatória da lagosta e a sobrepesca nos bancos naturais de algas têm provocado sérios desequilíbrios ambientais, ocasionando a diminuição das espécies supracitadas e agravando o quadro de degradação já mencionado.

O efeito sinérgico que se observa a partir do entrelaçamento dos elementos aqui colocados revelam que, ao contrário do discurso apregoado pelo Governo do Estado em torno do turismo — considerado como impulsionador do “desenvolvimento sustentável” do Ceará —, assistimos em Flecheiras ao desenrolar de um turismo que tem como traços a privatização do espaço litorâneo e a degradação do ambiente em função da venda da natureza enquanto produto turístico. Traços que têm contribuído tanto para o aumento da pobreza quanto para a exclusão da população local.

Desta forma, com a intensificação da atividade turística a partir das ações do Prodetur, materializa-se em Flecheiras uma reconfiguração do local que se exprime por mecanismos como a perda do espaço, a segregação espacial, a estranheza do local. Tais mecanismos se revelam por sentimentos como a reclamação, por deslocamentos internos da população e por mudanças nos padrões de relacionamento com o espaço e com o ambiente:

- a “perda da praia” para os turistas, que enchem as barracas, que circulam na areia com carros; a ocupação da praia por barracas e pousadas que sequer deixam lugar para as embarcações dos/as pescadores/as;
- a área mais próxima da praia está sendo vendida aos turistas para a construção de casas de veraneio e pousadas e hotéis, e o povo nativo vai “subindo” a localidade para a área das dunas, criando até um novo bairro que vai se caracterizando por ser mais pobre; a localidade parece se dividir em duas: uma “localidade dos turistas” e uma “localidade dos nativos”;
- o lugar vai sendo estranhado, tomando-se lugar para o outro durante a estação turística; somente quando os turistas vão embora é que a localidade “volta a ser nossa Flecheiras”; sentem-se roubados: “perdemos nossa praia”, “fomos roubados do que é nosso”, “estão cercando nossas dunas”;
- os/as moradores/as são segregados/as espacialmente de várias maneiras: deixam de frequentar as barracas, que agora estão mais bem equipadas para atender ao turista; os serviços locais têm a preferência dada ao turista; nos mercados a população deixa o turista ser atendido para depois fazer suas compras;
- há falta de segurança na praia e muito barulho com os carros, as brigas e a bebida;
- há ausência de infra-estrutura — saneamento e abastecimento d’água — para a população local, “dificultando a vida” e “aumentando o número de doenças”.

Assim, mudam as relações com o local, que antes era meu, de moradia, trabalho e lazer, usado por mim e para mim, passando o outro a assumir a relação determinante com o lugar, a ser seu sujeito.

Muda, desse modo, a funcionalidade do lugar, que ganha uma nova significação: torna-se mercado e mercadoria, não mais lugar de vida e repouso, de trabalho — o tempo segue o ritmo dos fluxos turísticos. A praia não mais aglutina a comunidade, que passa a transferir para o turismo e o turista a sua expectativa. Desenvolve-se uma relação mais individualista e oportunista com o local e o ambiente, desarticula-se modos de vida mais tradicionais e comunitários.

Emprego turístico — solução ou dilema para a comunidade?

A geração de empregos tem sido um dos aspectos mais evocados pelos governos, para a implementação do turismo no Nordeste brasileiro como opção para dinamizar a economia regional. Nestes termos, é necessário que se leve em conta o modelo turístico e sua relação com a estrutura sócio-econômica local e os empregos já existentes. A questão que emerge como central é: o modelo turístico em implantação em Flecheiras aumenta o emprego pela ampliação do mercado de trabalho local?

Observando-se o impacto mais geral do turismo sobre a estrutura de ocupação local, encontramos três processos em curso: uma expectativa idealizada do turismo, a desestruturação das atividades tradicionais e a reestratificação da comunidade.

O primeiro processo — a expectativa idealizada do turismo — reflete-se na visão que as pessoas têm do turismo como uma atividade salvadora da comunidade, que vai solucionar os problemas trazendo emprego e dinheiro. As respostas mais freqüentes dadas à pergunta “o que é o turismo pra você?” foram no sentido de que “é o pessoal de fora que vem gastar”, “é gente que vem se divertir e comprar muito”, “dá emprego e dinheiro pra gente”. Nota-se uma superestimação do turismo como efeito da perspectiva oficial de atribuir à atividade turística um poder dinamizador da economia do estado. A construção discursiva do turismo pelo Estado é como um canto de sereia, que mais encanta do que aponta possibilidades de soluções para os problemas locais. Essa expectativa superestimada alimenta uma atitude de esperar do turismo a solução dos problemas locais e pessoais, embora a maioria não tenha demonstrado muito envolvimento ou conhecimento sobre o turismo. Para estes, os turistas nem sabem que eles/as existem ou como vivem, já que o turista

está “lá na beira da praia” e os nativos estão na periferia da comunidade — eles pouco se encontram. Mas mesmo sem travarem relações diretas, esperam que o turismo traga emprego. A consequência mais imediata é que como estão imersos em uma crise da pesca artesanal — crise resultante da ausência de políticas públicas destinadas a este setor — já há alguns anos, vão deixando o que faziam para buscar emprego e salário nas atividades turísticas.

Essa crise na pesca acaba por determinar um segundo processo, entendido como uma desestruturação das atividades tradicionais. Foram identificados desencontros entre as atividades ocupacionais pelas quais as pessoas são conhecidas na comunidade e as atividades que as próprias pessoas declararam como sendo a sua atividade principal.

As atividades tradicionais estão sendo alvo de uma superposição das atividades desencadeadas pelo turismo. O que se explicita é muito mais uma substituição de postos de trabalho e não uma ampliação de postos de trabalho. Algumas das categorias profissionais entrevistadas mostraram uma crise de identidade, por estarem numa situação de multiatividades, tais como: pescadores, algeiras e artesãos que desempenham outras funções ligadas ao turismo, como construção civil, caseiro etc.; as mulheres que trabalham como arrumadeiras, babás, cozinheiras, lavadeiras; o estudante que também é garçom; o comerciante que prefere alugar seu ponto comercial.

As atividades tradicionais, já enfraquecidas pela crise e ausência de políticas oficiais, entram em declínio e são substituídas por ocupações turísticas — muitas vezes informais, temporárias e desvinculadas com a cultura local. O turismo renova, mas não amplia o emprego local.

A outra face do impacto turístico sobre o emprego local é a reestratificação da comunidade que se refere aos efeitos do turismo na organização social local. O Prodetur encontrou uma situação de crise da pesca artesanal e não apresentou nenhuma ação voltada para este setor ou para qualquer outra atividade pré-existente. Não há uma articulação entre o atual modelo de turismo e as atividades tradicionais. Através desse modelo turístico, novas pessoas estão entrando na comunidade, novos sujeitos sociais, com mais dinheiro e outros modos de vida — os quais se tornam os donos dos equipamentos turísticos mais importantes, constituindo-se numa nova camada social dominante no local, juntamente com os veranistas.

Verifica-se também um processo de diferenciação interna dos/as nativos/as, por mudanças na condição sócio-econômica e pelo surgimento de figuras intermediárias, como os/as atravessadores/as no artesanato e na pesca — pessoas que dispõem de um pouco mais de condições e que passam a centralizar o comércio dessas atividades, intermediando os produtos entre os/as fabricantes e os/as compradores/as. No caso da pesca, essa intermediação já aparece no próprio processo de produção, através do “empréstimo” dos insumos para a realização da atividade pesqueira. Existe também a intermediação representada por nativos que detêm equipamentos turísticos de pequeno porte, como pousadas e barracas. No artesanato, a intermediação ocorre quando artesãos/ãs compram e acumulam os produtos dos/as mais pobres para vendê-los na alta estação turística.

Quanto aos rendimentos do trabalho e às condições de vida, as opiniões mais frequentes referem-se a um empobrecimento, com o aumento de trabalho e a restrição dos rendimentos, declarando-se que não “dá mais pra comprar” o que necessitam — quase dois terços, 61,0%, declarou realizar outra atividade além da principal, e 47,0% o faz para complementar os ganhos. O empobrecimento acentua a desigualdade social na comunidade. O turismo, ao desestruturar atividades tradicionais, fecha postos de trabalho existentes, compromete a segurança alimentar, cria o novo emprego sobre o velho e, desse modo, não amplia a estrutura empregatícia — antes a modifica, re-fazendo postos de emprego. Isso dá a idéia de uma capacidade restritiva de geração de emprego, uma vez que não se aumenta o número de ocupações mas se substitui as existentes, realocando as posições ocupacionais anteriores por uma diferenciação hierárquica.

Considerando a relação dos/as moradores/as com o turismo, o que se pode constatar até agora é que esta é muito ambígua, na medida em que a maioria diz não ter muito conhecimento do que seja turismo, e não ser como a chegada de “gente com dinheiro”, pra comprar coisas do local e ajudar os nativos — muito embora esta atividade já interfira tão profundamente nos modos de vida da comunidade.

Assim, percebemos que o tão propagado canto construído em torno do turismo no Ceará tem, efetivamente, encantado a população — mas que esse encantamento chega tal como o canto da sereia: de forma breve, já que, cessado o canto, a realidade chega com outra melodia. Ela nos fala de um modelo de turismo que tem servido tão-somente para legitimar o

programa de governo do Estado. Este se materializa com contradições ao que é insistentemente veiculado, mais do que apresenta possibilidades de emancipação para as populações litorâneas. Contraditoriamente ao que se diz a respeito da geração de emprego e renda, o que se constata é um aumento da concentração de renda, um estímulo à privatização da terra e uma negligência quanto aos abusos — traduzidos na venda da natureza enquanto produto turístico — no uso do meio ambiente.

A movimentação que se vem estabelecendo ao longo do litoral cearense nesse últimos anos — em termos de organização comunitária, do surgimento de novas lideranças e da articulação entre as comunidades —, no entanto, seguem como um contraponto a esse canto. Um contracanto, diríamos. Seria uma utopia desejar que essa melodia soe mais alto que a voz principal?

Maria Dolores Mota Farias

Doutora em sociologia, Professora da UFC, Pesquisadora do NEGIF/UFC.

Sheila Nogueira

Mestranda em Geografia – UECE, Coordenadora do Programa de
Gênero e Cidadania do Instituto Terramar.

Notas

¹ NEGIF – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero, Idade e Família da Universidade Federal do Ceará.

² Dados da Secretaria do Turismo do Estado do Ceará – SETUR/CE.

Referências Bibliográficas

- ARIZA da CRUZ, Rita de Cássia. (1997), *Megaprojetos do Nordeste: Reflexões acerca de um modelo internacional de urbanização turística do litoral*. VI Encontro de Estudos Geográficos. João Pessoa/Pb, mimeo.
- _____. (1997), “O Nordeste que o turismo(ta) não vê”, in A. Rodrigues. *Turismo. Modernidade. Globalização*. São Paulo, Ed. Hucitec.
- _____. (1996), “Políticas de turismo e construção do espaço turístico-litorâneo no Nordeste

- do Brasil”, in A. Lemos, *Turismo: impactos sócio-ambientais*. São Paulo, Hucitec.
- HOURDIEU, Pierre. (1999), *A dominação masculina*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- CARLOS, Ana Fani. (1996), “Turismo e a produção do não-lugar”, in E. Yazigi e outro (orgs.), *Turismo, paisagem e cultura*. São Paulo, Hucitec.
- CASTRO, Mary e LAVINAS, Lena. (1992), “Do feminino ao gênero: a construção de um objeto”, in A. Costa e C. Bruschini., *Uma questão de gênero*, Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos.
- FÓRUM EM DEFESA DA ZONA COSTEIRA do CEARÁ. (2002), *Prodetur – Ce: análise de um projeto em execução*. Fortaleza, mimeo.
- FRANCH, Mônica; BATISTA, Carla e CAMURÇA, Silvia. (2001), *Ajuste estrutural, pobreza e desigualdade de gênero*. Recife, Iniciativa de Gênero/SOSCorpo Gênero e Cidadania.
- GOMES, Patrícia Melo. (1998), “O turismo no Nordeste do Brasil – avaliação e perspectivas – o caso Prodetur”, in L. Lima (org.), *Da cidade ao campo: a diversidade do saber-fazer turístico*. Fortaleza, UECE.
- MINAYO, Maria Cecília de S. (2000), *O desafio do Conhecimento*. São Paulo, Rio de Janeiro, Hucitec-Abraseo.
- PEREIRA, Verbena L. (2001), *Descrever o percurso da construção do conceito de gênero e a escolha de um conceito para o estudo da masculinidade contemporânea*. Feira de Santana, mimeo.
- RAGO, Margareth. (1998), “Descobrimos historicamente o gênero”, in *Trajetórias do gênero, masculinidades...* Campinas, Publicações Pagu.
- RUBIN, Gayle. (1993), *O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo*. Trad. Christine Dabat, Edileuza Rocha e Sônia Correia. Recife, SOS Corpo.
- SCOTT, Joan. (1990), “Gênero, uma categoria útil para análise histórica”, *Educação e Sociedade*, v.2, jul/dez. Porto Alegre.
- TUPINAMBÁ, Soraya V. (2000), *Prodetur: desigualdade social no litoral nordestino e impacto sobre a vida das mulheres*. Fortaleza, Instituto Teramar, mimeo.
- _____. (2002), “Financiamentos do BID: a dádiva que vira dívida”, *Boletim Ratzes*. Ano 11, nº 36, jan-mar.
- _____ & LIMA, Maria do Céu de. (1997), *Os contornos do abismo: a distância entre o discurso oficial das políticas de desenvolvimento turístico e a realidade do litoral cearense*. VI Encontro Regional de Estudos Geográficos. Nordeste, Turismo, Meio Ambiente e Globalização. João Pessoa/Recife, AGB/Neo Planos.

Impactos do desenvolvimento do turismo no litoral sul do Rio Grande do Norte.

Jolúzia Batista

com Fabiana Marcelino e Ilana Felipe Barros

Este artigo elabora algumas reflexões preliminares acerca do processo de desenvolvimento experimentado por duas comunidades de praia no litoral sul do Rio Grande do Norte, alvos de investimentos do setor turístico, propiciados pelo Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – Prodetur. As reflexões orientam-se para uma análise comparativa do discurso dos moradores acerca do desenvolvimento turístico e compõem um capítulo do estudo de caso sobre *Os impactos do desenvolvimento do turismo na vida das mulheres*, trabalho que constitui-se em uma das ações da Iniciativa de Monitoramento das Instituições Financeiras Multilaterais na perspectiva de Gênero, conduzidas pelo Enlace/RN, que objetivou o monitoramento do Prodetur.

A escolha da comunidade de Pipa para a realização do estudo de caso deve-se ao fato de que esta foi a primeira comunidade no litoral do Rio Grande do Norte a experimentar a expansão dos investimentos turísticos, como também a sofrer os impactos negativos de uma atividade não planejada, do ponto de vista dos projetos/programas de governo, da fiscalização das construções em áreas de reserva e preservação

ambiental, da capacitação e oportunização da população local para acessar trabalho e crédito para pequenos negócios, geração de emprego.

Um crescente processo de exclusão social tornou elevada, entre outros problemas, a prostituição, tanto a infantil como a adulta, e que foi uma das questões motivadoras deste estudo. A idéia inicial era estudar esse impacto vivido sobretudo pelas mulheres.

Os investimentos em Pipa inicialmente foram bancados exclusivamente, na década de 80, pelo setor privado, atraindo empresários de diversas partes do Brasil e do mundo, que criaram uma infra-estrutura de equipamentos e serviços de alto nível, capaz de atrair os turistas mais endinheirados e dispostos a pagar os altos preços praticados. Pipa é hoje uma praia freqüentada por gente famosa: artistas de televisão e cinema, políticos e personalidades do circuito internacional inclusive, mas que também experimenta a violência dos grandes centros urbanos, a exemplo do tráfico de drogas pesadas como o *ecstasy*, a cocaína e o *crack*, seqüestros-relâmpago e assaltos.

Tínhamos conhecimento sobre a difícil situação dos moradores da comunidade de Sibaúma, de ascendência negra, e que localiza-se logo após a praia de Pipa, completamente excluída dos investimentos tanto do setor privado como da administração pública. Decidimos, então, fazer um estudo comparativo entre essas duas comunidades, no intuito de compreender a lógica dessa exclusão, problematizá-la com a comunidade e os gestores locais, facilitando um processo de superação do conflito. Isso será viabilizado com a realização de oficinas sobre desenvolvimento local e gestão de organizações.

No escopo das falas dos moradores das comunidades, percebe-se claramente a compreensão de dois modelos de desenvolvimento que se contrapõem, um que poderíamos definir como “insustentável”, de vez que não conseguiu organizar a inclusão de antigos moradores nos novos arranjos econômicos e espaciais que surgiram para a exploração do turismo e que experimenta um alto grau de homogeneização cultural, sofrendo profundos impactos sociais, culturais e ambientais, que é o caso da praia de Pipa; uma outra perspectiva de desenvolvimento aponta para a maior organização e estruturação da comunidade a partir das necessidades locais, contemplando a qualidade de vida dos moradores em primeiro plano, que refere-se à comunidade de Sibaúma.

A metodologia utilizada

Este trabalho constituiu-se um desafio, mas também um grande avanço para o movimento de mulheres do Rio Grande do Norte, dando visibilidade, de forma qualificada, a uma discussão circunscrita ao próprio movimento de mulheres e o feminista, pouco explorada tanto por organizações de assessoria aos movimentos sociais e ambientalistas como por universidades: analisar impactos de um programa de desenvolvimento para o turismo, ainda mais, verificar os impactos na vida das mulheres a partir do discurso da população local, trata-se de um tema tabu para os centros de pesquisa e acadêmicos do Estado.

A complexidade do tema em questão que, neste estudo, ousadamente, transcorre acerca da interface entre desenvolvimento, meio ambiente e gênero, e o jogo político que o perpassa, em que podemos verificar as relações de poder que configuram o discurso hegemônico sobre o Prodetur: *progresso, geração de emprego e melhoria da qualidade de vida do povo do Rio Grande do Norte*, revela o porquê dos poucos trabalhos existentes e o desespero e a frustração de alguns poucos pesquisadores que não encontram ressonância na sociedade local ou ainda a “insistência” de algumas organizações em denunciar a emergência do turismo sexual como um negócio, também turístico.

A pergunta que dá título ao artigo sugere o caminho que percorreremos na análise do estudo. Tomaremos *desenvolvimento* como um discurso no qual este é transformado em um “... campo semântico de disputa, no qual os significados são produzidos e mudados”,¹ cientes de que, com a realização deste estudo, somamos à construção de um discurso que se pretende “alternativo” ao hegemônico, trazendo para o debate e a reflexão outros pressupostos teóricos, propondo novas modalidades de desenvolvimento.

Como sujeito político, o feminismo trabalha hoje na perspectiva da construção do discurso contra-hegemônico, sendo o desenvolvimento concebido como um “...processo econômico, social e cultural que visa, em última instância, a transformação das estruturas que produzem as desigualdades”.²

Ainda seguindo a linha do pensamento acadêmico feminista, desenvolvimento é aqui entendido como “um campo discursivo, no

qual diferentes sujeitos constroem e disputam significados que orientam suas práticas, estruturam relações de poder e institucionalizam-se em centros acadêmicos e de desenvolvimento” (Franch e Camurça, 2001, p.78). Portanto, desenvolvimento não se refere apenas a crescimento econômico-industrial, mas também social e cultural, cuja perspectiva deve ser a de superar as desigualdades, incluindo as de gênero.

Gênero, nesse contexto, é tomado como uma categoria de análise explicativa da construção histórica, social e cultural dos sexos, a partir das diferenças sexuais organizadas com base em relações de poder. Essa abordagem embrenha-se nos territórios reflexivos de autoras como Saffioti (1992), Castro e Lavinas (1992), Rago (1995), Rubim (1993), demandando uma compreensão construtivista, no sentido estabelecido por Rago Apud Laranjeira (2001), de que há possibilidades das mulheres requererem o direito de sonhar e mudar lugares e papéis nas relações sociais, expressando, vivenciando e construindo outros símbolos e configurações. Assim, gênero é produto e produtor de relações sociais.³

A metodologia do estudo de caso foi única para os três estados envolvidos no trabalho, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte, construída a partir da experiência do Terramar em Fortaleza, em parceria com a UFCE. O estudo, conforme descrito acima, articulou, como categorias de análises, desenvolvimento e gênero e, como subcategoria, o meio ambiente (impactos e conflitos ambientais) e enquadrou-se nos parâmetros da pesquisa-ação, uma vez que colocava-se como imprescindível a parceria entre os pesquisadores e os sujeitos representativos do problema para a *construção do problema* (a percepção de desenvolvimento), a *problematização* (a percepção dos impactos) e a *intervenção* (as oficinas para fortalecimento e/ou organização dos atores sociais locais que intervêm nos problemas da comunidade).

Como elaboramos o estudo de caso

Tendo em vista que a realização de estudos de caso compreende uma variada utilização e flexibilidade de instrumentos de coleta e perspectivas de análise, de acordo com o objetivo que se pretende atingir, o instrumental utilizado no estudo em questão orientou-se na conformação do levantamento sociográfico do campo, município de

Tibau do Sul, praias de Pipa e Sibaúma. Ainda no levantamento sociográfico, aplicamos questionários de entrevistas com moradores locais num total de 30 (trinta) entrevistados.

Os Grupos focais, definidos por idade igual ou superior a 15 anos, residem em Pipa e Sibaúma e realizam atividades produtivas tradicionais ou ligadas ao turismo, incluindo também estudantes. Essas atividades foram organizadas em grupos específicos (homogêneos ou semelhantes) para responderem questionário e realizarem debates temáticos complementares. Esses grupos tiveram composição mista, garantindo uma maior participação de mulheres, exceto em atividades nas quais estas tinham pouca ou nenhuma participação. Trata-se de uma técnica de coleta de dados que consiste na discussão semi-estruturada de um tema, levando-se em conta que os integrantes tenham, entre si, pelo menos um traço comum para o estudo proposto (Wesphal, Bógus e Faria, 1996. p. 473).

Os critérios para seleção de participação são determinados pelo objetivo do estudo e, por isso, são intencionais. O debate é conduzido por um facilitador que se apóia em roteiros elaborados a partir de tópicos para orientar as discussões. A sequência não é rígida e pode sofrer modificações de acordo com as respostas dos grupos.

Em Sibaúma, de acordo com a conformação da comunidade, com cerca de 700 habitantes e inexpressiva atividade econômica, tivemos que organizar os grupos focais a partir das duas associações de moradores existentes, totalizando 35 pessoas. Uma das associações é formada pelos antigos moradores há mais de dez anos e uma segunda, originária de grupo de jovens moradores que atuam no resgate de danças culturais e da capoeira e alvos da ação de uma organização negra do Estado do Rio Grande do Norte.

História de vida familiar, etapa final do trabalho em que serão escolhidas 5 (cinco) famílias entre os/as participantes dos grupos de discussão para delinear a história de vida familiar através de entrevistas realizadas com seus membros, abordando: constituição e origem; trabalho e atribuições; orçamento e consumo; demandas e acessos de serviços públicos; participação em redes sociais. Essa história de vida familiar será complementada com a etnografia de um dia de semana e um dia de fim de semana da família.

O contexto do estudo

As praias de Pipa e Sibaúma estão localizadas no município de Tibau do Sul, com uma população de 7.757 habitantes, sendo a maioria na área rural (6.460 habitantes). A região onde se localiza Tibau do Sul é marcada pela economia da cultura de cana-de-açúcar e da carcinocultura, reunindo um total de nove municípios.

A infra-estrutura básica do município é composta por um hospital público da rede do SUS, com seis leitos, dois postos de saúde e um centro de saúde da rede ambulatorial. Existem 183 estabelecimentos de ensino, sendo 28 na educação infantil, 15 na área urbana e 13 na rural; 144 no ensino fundamental, 91 na área urbana e 53 na área rural; e 11 no Ensino Médio, todos na área urbana.

A praia de Pipa é um dos pontos turísticos mais famosos do Rio Grande do Norte, e seus moradores são uma mistura de potiguarenses, nascidos no município e em outros circunvizinhos, originários de famílias de trabalhadores dos engenhos de cana-de-açúcar e caçaras, o que compõe a chamada população “nativa” do lugar, além das pessoas de todo o mundo que escolheram viver no local. Pipa possui uma superestrutura turística, com pousadas, restaurantes, lojas, cafés, *campings* e casas de veraneio. A comunidade dispõe de uma delegacia, duas escolas públicas e um posto de saúde.

Os principais problemas de Pipa advêm do crescimento rápido e desordenado do turismo: violência, tráfico de drogas, prostituição, descaso com os problemas vividos pela comunidade local e devastação ambiental.

Logo após a praia de Pipa, situa-se a comunidade de Sibaúma, formada por remanescentes quilombolas, parentes dos antigos negros que trabalhavam no engenho que lá existiu, e traz, em sua estrutura, características da cultura afro-brasileira. Sibaúma possui um sítio arqueológico com peças do maquinário e da antiga construção do engenho, de onde já foram retiradas muitas peças. É formada por uma vila de pescadores e algumas casas de veraneio. Possui um restaurante para atender turistas vindos de Barra de Cunhaú a caminho de Pipa. No âmbito da organização comunitária, as famílias estão articuladas em duas associações: Associação de Moradores e Associação Quilombo.

A concepção de turismo e desenvolvimento

A concepção de desenvolvimento que a população possui retrata a associação arcaica entre desenvolvimento e crescimento econômico, revelando também um discurso originário de um lugar social espectador das mudanças sociais, atribuindo a agentes externos à comunidade a responsabilidade pela chegada dos investimentos e do próprio desenvolvimento.

Invariavelmente, essas circunstâncias traduzem o pouco grau de familiaridade de alguns moradores com os processos de mobilização e organização comunitária, como podemos verificar nos depoimentos dos participantes do Grupo focal 01, que em resumo demonstram:

- O desejo de que a praia e as belezas naturais se transformem em parque turístico, a exemplo de Pipa e Tibau do Sul.
- Que eles acham que uma estrada boa e a construção de restaurantes e pousadas irão resolver o a questão do desenvolvimento turístico local. Acreditam que a estrada pavimentada será o primeiro e mais importante instrumento de acesso do turismo para Sibaúma.
- Que todas as pessoas desse grupo expressaram a necessidade de ter investimentos por parte dos governantes e da iniciativa privada.
- Que consideram que uma iniciativa de fora seria mais rentável e fácil para o desenvolvimento turístico. Relacionam o turismo à geração de emprego e ao desenvolvimento sem preservação ambiental e cultural. Contraditoriamente, acham Pipa exemplo de desenvolvimento.

Nos discursos dos participantes do Grupo Focal 02, formado por pessoas ligadas à Associação Quilombo, sobressai uma segunda concepção de turismo e desenvolvimento, ressaltando a preservação ambiental do rio, do mangue e da desova das tartarugas e alertando para os danos e impactos da carcinocultura nas reservas naturais.

- Os participantes acham que o desenvolvimento turístico não deve ser como em Pipa, e sim planejado, sustentável e que potencialize a cultura afro-brasileira da comunidade, valorizando o artesanato de palha de coqueiro, as danças (coco, zambê e capoeira) e a culinária comunitária, e, ainda, a revitalização do museu do quilombo.
- Falaram que deveria ter investimento em divulgação da praia para atrair o turismo, mas de forma ordenada por causa do acesso fácil às drogas e à prostituição, como em Pipa.

- Uma preocupação importante levantada pelo grupo refere-se à idéia de que o turismo deve potencializar as atividades locais e planejar a ocupação do espaço comunitário.

Na fala dos dois grupos, verifica-se um sentimento de rejeição e submissão em relação a Pipa. A comunidade como um todo se sente discriminada e excluída dos programas de desenvolvimento turístico executados no Estado. A falta de capacitação e treinamento para receber os turistas e desenvolver um projeto turístico em Sibaúma é outro aspecto ressaltado pelos depoimentos. Estes revelam a necessidade de formação e investimento no potencial humano da comunidade.

Conclusão

Preliminarmente, se considerarmos os primórdios da construção da noção de desenvolvimento sustentável, podemos verificar que havia um *ethos* de radicalidade em sua visão, quando propunha racionalidade no uso dos recursos naturais, preservação da biodiversidade, redução da pobreza e desigualdades sociais e, por fim, a promoção da justiça social. A sustentabilidade não é um problema técnico a ser resolvido. É uma percepção de futuro que deve orientar o foco das ações dos projetos/programas para valores e princípios éticos e morais, que coloquem os seres humanos no centro do desenvolvimento.

O que buscamos aprofundar neste estudo é o lugar social de onde falamos — movimento de mulheres, movimento feminista, comunidades rurais e pesqueiras com as quais trabalhamos. Precisamos demarcar sobre qual perspectiva de desenvolvimento estamos tratando e trabalhando, quais são nossos parâmetros, como avaliar impactos para além dos índices estatísticos e de indicadores econômicos, reconhecendo, entre outras questões, que trabalhar participação e iniciativas localmente implica reconhecer conflitos e interesses distintos e, portanto, demarcação de ideais e valores.

É preciso alargar a diferença entre o discurso oficial dos governos e agências de desenvolvimento e dos movimentos organizados que, segundo Marrul Filho Apud Diegues (1996), refletem sobre um novo padrão civilizatório, na medida em que preconizam a emergência de que cada sociedade possa "...definir seus padrões de produção, consumo e bem-

estar, a partir de sua cultura, de seu desenvolvimento histórico e de seu ambiente natural”, no que por ele é definido por “sociedades sustentáveis”.

Jolúzia Batista

Socióloga. Coordenação do Coletivo Leila Diniz.
Coordenadora do Enlace/RN da Iniciativa de Gênero.

Fabiana Marcelino

Graduanda em Psicologia, pesquisadora do Coletivo Leila
Diniz - *ações de cidadania e estudos feministas*.

Ilena Felipe Barros

Mestranda em Serviço Social, assessora técnica do Ceahs.
Integrante do Enlace/RN da Iniciativa de Gênero.

Notas

¹ CAMURÇA, 2002

² Idem.

³ Referências construídas no escopo da metodologia do estudo de caso proposta pelo Instituto Terramar.

Bibliografia

- CAMURÇA, Sílvia.(2002), “Sobre o problema das desigualdades de gênero no desenvolvimento e para a democracia” in Obra coletiva, *Perspectivas de gênero. Debates e questões para as ONGs*. Recife: GT Gênero-Plataforma de Contrapartes Novib / SOS Corpo Gênero e Cidadania.
- FRANCH, Mônica; BATISTA, Carla; e CAMURÇA, Sílvia. (2001), *Ajuste Estrutural, pobreza e desigualdades de Gênero. Um caderno feminista de informação e reflexão para organizações de mulheres*. Recife, Iniciativa de Gênero / SOS Corpo Gênero e Cidadania.
- FILHO, Simão Marrul. (2002), “Do desenvolvimento para além do desenvolvimento” in *Terceiro Seminário do Programa de Capacitação de Lideranças para o Desenvolvimento Sustentável do Nordeste*. São Paulo, ABDL.

Desigualdades de gênero e o desenvolvimento turístico em Pernambuco¹

Marion Teodósio de Quadros

O objetivo deste trabalho é avaliar, a partir de uma perspectiva de gênero, os impactos do projeto de desenvolvimento turístico que vem se realizando desde 1994 em Pernambuco, com a entrada de aportes financeiros vindos do *Projeto de Desenvolvimento do Turismo Regional* (Prodetur), que foi desenvolvido em estados do Nordeste, em sua primeira etapa (Prodetur-NE I).² A avaliação visava confrontar o acompanhamento das metas atingidas pelo Prodetur-PE nos documentos oficiais e a vivência da qualidade de intervenções realizadas, pelo poder público e/ou pela iniciativa privada, a partir de depoimentos de uma população que presenciou cotidianamente a implementação de um projeto de turismo por meio da construção de um grande hotel de lazer,³ no início dos anos 90. Trata-se da população de Suape, uma praia do litoral sul de Pernambuco, que já vinha experimentando modificações em seu cotidiano por conta do início do funcionamento do porto, nos anos 80.

O principal projeto do Prodetur em Pernambuco (Prodetur-PE) foi o Centro Turístico de Guadalupe (CTG), localizado a 65 km do Aeroporto Internacional dos Guararapes, com uma área de 9.000 ha e 15,5 km de litoral, escolhido como ponto de partida do *Projeto Costa Dourada*. O objetivo desse projeto é reunir a beleza do Caribe

e o *exotismo tropical do Nordeste do Brasil*, transformando o Estado, a médio e longo prazos, em um dos principais pontos focais dos balneários tropicais do Hemisfério Sul. O projeto foi concebido como uma alternativa aos hotéis de lazer do Caribe, tendo como público-alvo os turistas europeus e sul-americanos. O Estado de Pernambuco esperava reforçar a sua capacidade para o desenvolvimento turístico sustentável, atraindo investimentos de empresas privadas de grande porte a partir da construção/melhoria de infra-estrutura e serviços. Com isso, pretendia aumentar a capacidade de gerar emprego e renda para a população. (<http://www.bnb.gov.br/prodetur/pe>)

Na primeira fase do Prodetur-NE, o montante de recursos disponíveis para Pernambuco (aproximadamente, US\$ 43 milhões — *JC on line*, 24/08/99) foi direcionado a obras como construção de estradas (Via Litorânea e Via de Carneiros), saneamento, abastecimento de água e obras na Região Metropolitana do Recife, como o Centro de Convenções e o Terminal Marítimo de Passageiros do Porto do Recife. Chama a atenção o fato de que cerca de 84% dos investimentos totais foram destinados a rodovias, saneamento e aeroporto, criando uma infra-estrutura e serviços voltados para o turismo de alta densidade, nos moldes do turismo internacional de massas, um modelo de desenvolvimento que tem baixa capacidade de sustentabilidade (conversa com ativistas do Movimento Ambientalista, Centro Josué de Castro, Recife, 2001).

De acordo com o discurso governamental (o Estado é quem toma o empréstimo para os projetos considerados públicos e administra a realização desses empreendimentos de acordo com as metas estipuladas e acordadas com o Banco Interamericano de Desenvolvimento—BID, financiador e gestor), a maioria dos indicadores utilizados para o acompanhamento dos resultados dos investimentos do Prodetur em Pernambuco⁴ foram 100% realizados ou mais (<http://www.bnb.gov.br/prodetur/pe>). Apesar disso, uma análise das metas atingidas, em um relatório encomendado pelo próprio BID, chama a atenção para o fato de que os investimentos realizados e as facilidades oferecidas na implantação do Centro Turístico de Guadalupe (CTG) não tiveram a repercussão esperada, pois o fluxo de turistas aumentou, nos últimos anos, mas o Centro Turístico de Guadalupe tem oferta e

demanda turística ainda pequena quando comparado aos outros destinos turísticos do Estado e a previsão feita no primeiro ano de operação (Whiting e Faria, 2001:51).

Por outro lado, a ausência de parâmetros de gênero⁵ na bibliografia sobre turismo e desenvolvimento, a ausência de questões de gênero nos documentos do Prodetur-PE a que tivemos acesso e o fato da população de Suape ter experimentado um processo de intervenção turística que incluiu aterro de mangue, reassentamento dos pescadores/pescadeiras com construção de casas, rede geral de abastecimento d'água e saneamento, além de pavimentação de ruas, motivou-nos a realizar uma pequena pesquisa qualitativa/exploratória sobre a vida em Suape antes e depois da construção de um grande hotel de lazer da rede Blue Tree.

Quando ouvimos a população de Suape e os movimentos sociais a respeito das suas vivências sobre a implementação desse projeto turístico, aprofundamos o conhecimento sobre a qualidade das intervenções realizadas, destacando questões de gênero invisíveis nos documentos do Prodetur. Dentre os itens diretamente relacionados à meta da melhoria da qualidade de vida das populações fixas dos pólos turísticos — que dizem respeito aos benefícios prometidos pelo Prodetur-PE e à sua sustentabilidade —, as questões referentes ao sistema de água potável, ao sistema de esgotamento sanitário e à geração de emprego e renda foram escolhidas por terem sido os itens nos quais havia maior riqueza de dados.

Essa pesquisa em Suape objetivou verificar os impactos da atividade turística na qualidade de vida da população fixa moradora do local, especialmente no que se refere a questões de gênero.⁶ O hotel é fruto de investimentos privados, mas se insere no pólo turístico de Guadalupe. Assim, alguns dos impactos analisados são decorrentes de empreendimentos privados, outros foram realizados em Suape com investimentos públicos e há, ainda, aqueles que a população não sabe se foram realizados “pelo hotel” ou “pela prefeitura”.⁷ Como o Prodetur-PE I procura atrair o investimento privado, a experiência de Suape pode ser considerada como resultante da implantação do projeto turístico que vem sendo desenvolvido em Pernambuco, do qual o Prodetur é um agente financiador.

Foram realizadas conversas informais, entrevistas individuais e em grupo com 16 moradores (3 homens e 13 mulheres, com idades de 21 a 80 anos), observação e convivência na comunidade durante duas visitas consecutivas, nos dias 30 e 31 de janeiro e 07 a 09 de fevereiro de 2002. Não houve possibilidade de uma visita ao interior do hotel, mas fiz um passeio ao seu redor, pela praia, no qual tive a oportunidade de conversar com homens que trabalhavam no aluguel de barcos, lanchas, bugues e equipamentos de mergulho. A maioria dos depoimentos são de mulheres com 40 anos ou mais. Também foram organizadas tardes de discussão com os movimentos sociais (ambientalistas e movimento de mulheres) para compreender outras faces da história da implantação do projeto de desenvolvimento turístico em nosso Estado e resgatar a atuação desses movimentos nessa área.

Sistema de água potável

O Movimento Ambientalista de Pernambuco vinha discutindo a questão da água, da energia, da saúde, etc., antes do Prodetur-PE e tentando influenciar sua formatação final. No tocante à água, costumasse fazer algumas considerações: água tratada é importante para qualquer população, tem que ser permanente e não uma providência realizada em função de um empreendimento de turismo.

Um outro ponto importante foi a discussão acerca da infraestrutura necessária a projetos com investimentos de grande envergadura que unem setor público e setor privado. A ausência de um estudo de impacto, em termos de cenário, prejudica a previsão do aumento da demanda por água tratada, energia, saúde, educação, etc. Um grande projeto de desenvolvimento cria uma situação nova para o município que vai ter que gerenciá-la. Um exemplo citado foi a construção do Porto de Suape, que mudou o perfil econômico e social do município do Cabo de Santo Agostinho (conversa com ativistas do Movimento Ambientalista, Centro Josué de Castro, Recife, 2001).

Na pesquisa que a Iniciativa realizou em Suape, podemos detectar problemas no abastecimento d'água. Há água canalizada diretamente para o Hotel Blue Tree Park e alguns pontos específicos, como a escola e as casas dos veranistas. A população local não tem acesso à água da

Compesa, ficando restrita à opção do poço perfurado manualmente. Essa situação evidencia que o número de beneficiados não é um indicador que mostra a real situação vivida pelas populações de alguns locais nos quais o Prodetur-PE foi implementado. Em Suape, a construção de um grande hotel de lazer pela iniciativa privada foi acompanhada de investimentos públicos para a implantação da rede geral de abastecimento d'água, mas os canos d'água estão vazios para a população local.

Ter acesso à água por meio de poço tem conseqüências para as relações de gênero. A qualidade da água influencia na quantidade maior ou menor do trabalho doméstico e pode implicar um maior custo financeiro para a mulher ou a família. Se a qualidade da água é boa, não há com o que se preocupar, mas há casos em que a qualidade da água é ruim, prejudicando a sua ingestão e o cozimento dos alimentos. Como as atividades domésticas, em Suape, são realizadas pelas mulheres, elas se vêem com mais um problema a administrar, com mais um fator que ameaça cotidianamente a sua saúde e a de seus familiares.

Sistema de esgotamento sanitário

O Movimento Ambientalista informou que, no início dos anos 90, quando a palavra de ordem era o *Projeto Costa Dourada*, prometeram saneamento para as cidades de Rio Formoso, Tamandaré e Serinhaém, mas o dinheiro recebido pelo PRODETUR-PE foi gasto no Recife Antigo (conversa com ativistas do Movimento Ambientalista, Centro Josué de Castro, Recife, 2001). De fato, houve a instalação da rede coletora, estação elevatória e emissário de recalque, mas foi constatado, em vistoria realizada por técnicos do Banco do Nordeste (BN), que “boa parte dos estabelecimentos comerciais do bairro do Recife continua jogando seus esgotos na rede de drenagem pluvial, não utilizando o sistema de esgotamento sanitário recuperado pelo Prodetur” (Whiting e Faria, 2001:25).

De acordo com a pesquisa realizada em Suape, a vila construída para o reassentamento de pescadores/pescadoras conta com um esgotamento sanitário precário, as valetas são estreitas e estouram com facilidade, fazendo com que a água do esgoto transborde para as ruas.

Os dejetos são despejados no mangue que restou após o aterramento realizado como parte das obras de construção do hotel Blue Tree Park. O mau cheiro nas ruas da vila construída é permanente!

O rebatimento que há nas questões de gênero passa pela convivência cotidiana com a ameaça de doenças, preocupação que as mulheres expressam ser maior em relação às/aos filhas/filhos. Como são as cuidadoras da saúde dos familiares, o adoecimento de um dos membros da família acrescenta maiores obrigações e despesas com cuidados cotidianos, procura de tratamento médico e obtenção dos medicamentos adequados.

As marisqueiras (ou *pescadeiras*, como elas também se autodenominam) que moram na vila também são prejudicadas no acesso ao mangue. Após o aterro do mangue feito pelo Blue Tree Park, o acesso que ficou disponível está sendo um escoadouro para o sistema de esgoto construído. As marisqueiras/pescadeiras dizem que a lama “está muito fedorenta” e há presença de ratos. O medo de pegar uma doença, andando por esse acesso, faz com que somente jangadas cheguem a locais onde ainda se pode trabalhar ou deve-se fazer um caminho mais longo ou, ainda, procurar mangues de outras praias para trabalhar. Há também uma preocupação constante em não deixar os filhos irem ao mangue por esse acesso. Outro problema detectado é a inundação de algumas casas da vila quando há uma chuva mais forte em Suape ou quando há uma maré alta, gerando maior trabalho doméstico de limpeza e perda de mobília.

Esses fatos evidenciam que a realização de obras de saneamento em Suape não resultou em uma melhoria da qualidade de vida para as famílias de pescadores/pescadeiras que foram reassentados.

Geração de renda e emprego

O mercado de trabalho da indústria turística no Brasil⁸ ocupa indivíduos mais qualificados, e os rendimentos médios são mais elevados do que a média da economia. No ramo de agências de turismo, de viagens e serviços de diversão, as pessoas são mais qualificadas e os salários, maiores. Trabalhadores de serviços de alojamento (hotel, albergue, pensão, etc.) possuem qualificações e remunerações menores do que a média do mercado de trabalho (Arbache, 2001:66), sendo que esses últimos são os serviços que

possuem mais possibilidade de absorver a mão-de-obra local, após a construção civil. Sem dúvida, o setor é uma alternativa promissora como fonte de empregos e aumento da renda média do trabalho no Brasil, entretanto, esse mercado é sazonal, segmentado e conjuga as discriminações de raça, classe, gênero e região (Arbache, 2001).

Em Pernambuco, a distribuição dos empregados por atividades turísticas, segundo o sexo, evidencia que as mulheres constituem a minoria (aproximadamente 32%) da força de trabalho empregada na indústria turística. Dentro das atividades do setor, a participação feminina é maior em alojamento e alimentação (www.embratur.gov.br), justamente as atividades que possuem remunerações menores.

Moradores de Suape falam sobre a oferta de emprego a partir da construção do Porto de Suape e do Hotel Blue Tree Park. Antes, a população era constituída por pescadores, marisqueiras/pescadeiras, pequenos/as agricultores/as e pequenos/as comerciantes. Após as obras que deram início ao funcionamento do porto e à construção do hotel, pescadores e marisqueiras/pescadeiras tiveram seu sustento de vida dificultado pelo aterro do mangue e pela dragagem do mar. Está mais difícil pegar peixe, quebradinhos (carne retirada, pelas marisqueiras, das carcaças do siri, caranguejo ou aratu) e mariscos, não há a fartura de antes. Melhorou a venda à população que passou a freqüentar a praia por conta da fama do hotel, pois, antes da construção deste, eles vendiam seus produtos na feira de Suape. O fornecimento de peixes e crustáceos ao hotel, entretanto, está centralizado na mão de um único fornecedor,⁹ que compra dos pescadores e das marisqueiras/pescadeiras. Pescadores e marisqueiras/pescadeiras dizem que, nas épocas passadas, o dinheiro era pouco, mas dava para comprar muitas coisas, havia fartura de peixe, comia-se melhor!

Pessoas que trabalham ou trabalharam no hotel acham que a sua construção trouxe mais coisas boas que ruins para Suape. Um dos entrevistados, natural de Suape, afirma que alguns antigos pescadores conseguiram prosperar quando mudaram para atividades ligadas ao turismo, como abrir um bar, construir casa para alugar, prestar serviços ao hotel. O *resort* trouxe um aumento no movimento de pessoas em Suape que possibilitou a moradores/as locais que trabalham com alguma atividade ligada ao turismo prosperarem. Montar um pequeno

comércio, uma pousada; alugar casas; possuir *sprinters*, *bestas* ou *vans* para transportar pessoas; alugar bugues, lanchas ou barcos são as atividades que possibilitam ganhar dinheiro. Esse grupo de pessoas é formado por antigos pescadores e negociantes naturais de Suape, bem como por outros que vieram “de fora” e começaram a prosperar.

O número de moradores/as locais que trabalham no hotel é sempre mencionado como pequeno. Geralmente, há mais disponibilidade de emprego para a população local no porto ou na cidade do Cabo. Um fator muito mencionado como restritivo à maior participação da população local como empregados do hotel é a exigência de só contratar pessoas com 2º grau completo. A conclusão do 2º grau, segundo as/os entrevistadas/os, é algo presente somente para a geração atual. A maioria dos pescadores e marisqueiras/pescadeiras é analfabeta ou possui 1º grau incompleto, não tendo chance alguma de se empregar! Um pescador comentou: “só trabalha quem tem estudo, os de fora que é rico!”

No hotel, a população local trabalha em limpeza, lavanderia, arrumação (camareira), alimentação (garçonete), jardinagem, alugueis de bugues, lanchas e barcos (marina), lavanderia e como babá. Gerências e supervisões não são mencionados como cargos ocupados por pessoas originárias de Suape, muitas delas não são nem nordestinas! Marina e lavanderia são os dois serviços terceirizados pelo hotel. Alguns relatos contam que as mulheres de Suape estão, majoritariamente, trabalhando fora, em casas de famílias, fazendo limpeza e trabalhando em pousadas de Gaibu. Há também o porto, onde trabalham mais os homens. No Cabo, mulheres e homens trabalham no comércio.

Há uma forte clivagem da divisão sexual do trabalho nas ocupações exercidas por homens e mulheres dentro do hotel ou fora dele. Serviços mais assemelhados ao trabalho doméstico, como babá, garçonete, empregada doméstica, serviços de limpeza, arrumação e lavanderia são mais ocupados por mulheres. Serviços de transporte são mais masculinos. Há o serviço de jardinagem, realizado por um morador local. Comércio na beira da praia ou em lojas no Cabo parece ocupado tanto por homens quanto por mulheres.

Entre os pescadores/pescadeiras, essa clivagem é muito perceptível. As mulheres não vão pescar em alto-mar, e os homens

só vão para o mangue em circunstâncias de extrema necessidade. Com o início do funcionamento do porto e a chegada do hotel, a pesca em alto-mar não é muito rentável, então os pescadores ficam sem fazer trabalho algum ou vão para o mangue. Acontece que muitos deles têm vergonha de fazer esse serviço. Isso tem sido um motivo forte para que, nos depoimentos, escutemos sempre que os homens de antes se preocupavam em trazer o dinheiro para casa e, atualmente, eles “*só querem vadiar*”, vivem bebendo e/ou estão desempregados, à espera de um trabalho. Assim, muitos dos entrevistados chegam a dizer que a mulher, atualmente, trabalha mais, é mais disposta, pega qualquer serviço, “*sabe se virar melhor que o homem*”.

As questões de gênero também passam pela maior quantidade de trabalho realizada pelas mulheres, principalmente pelas marisqueiras/pescadeiras que realizam todo o trabalho doméstico e agora estão com maior responsabilidade no sustento da casa. A rentabilidade da atividade também é uma questão na qual atua forte discriminação de gênero. Preferências masculinas passam por atividades que sejam rentáveis, já as mulheres ficam com as atividades menos valorizadas, mais próximas às atividades domésticas, e mais precárias.

Portanto, o estudo do caso de Suape evidencia que o aumento da quantidade de empregos pode não contribuir para a diminuição de desigualdades sociais, seja pela precarização do vínculo empregatício; pelo grande número de empregos temporários gerados; pela baixa remuneração dos empregos gerados para a população local; pela manutenção ou aumento das desigualdades de classe, etnia e gênero. Políticas de geração de renda e emprego não podem deixar de lado essas questões.

Algumas considerações para o debate sobre gênero, turismo e desenvolvimento

O exemplo de Suape evidencia questões importantes para relativizar a importância da geração de emprego como um indicador do aumento da qualidade de vida da população local fixa e chamar a atenção para a insuficiência dos indicadores quantitativos estipulados para o acompanhamento das metas atingidas pelo Prodetur

em Pernambuco. A ênfase na quantidade, por si só, não gera uma melhoria na qualidade. As famílias de pescadores/marisqueiras foram as mais prejudicadas com as modificações ocorridas após a construção do porto e do hotel. Essa população não está assistida por programa algum de cunho educacional, profissionalizante ou social. Em nome do desenvolvimento do Estado, estão sendo excluídos e tendo uma qualidade de vida pior. A situação das marisqueiras/pescadeiras, em especial, está cada vez mais precária pela diminuição da quantidade de crustáceos e pela dificuldade de acesso ao mangue. A diminuição da quantidade de peixes aumentou a responsabilidade feminina com o sustento da família. A vida das famílias de pescadores/pescadeiras é, normalmente, marcada por fortes clivagens de gênero que atuam para piorar ainda mais a qualidade de vida das mulheres dentro de uma situação de marginalização social como a que acabamos de descrever.

Como a sustentabilidade vem sendo o grande mote no discurso governamental do Prodetur-PE, é oportuno chamar a atenção para o tratamento dado à relação entre o fator ambiental e o sociocultural, no caso de Suape. O aterro do mangue e a dragagem realizada no mar provocaram redução da fauna e da flora, dificultando o acesso ao mangue e atingindo diretamente o sustentáculo de vida das famílias de pescadores/pescadeiras, já que os recursos naturais são a fonte de sobrevivência para essas famílias. Há uma priorização na realização de obras que levam ao que resolvemos chamar de saneamento ambiental para o turismo, pois a construção ou melhoramento de infraestrutura, que aparece como vantagem para atrair investimentos privados, leva a uma modificação do meio ambiente natural e sociocultural que marginaliza um setor da população local. Esse é um impacto negativo do ponto de vista socioambiental.

Por outro lado, as facilidades oferecidas para atrair os investimentos privados, as obras realizadas pelas empresas privadas e as prioridades dos investimentos públicos realizados, no caso de Suape, levam a concluir que as estratégias governamentais possuem uma vinculação íntima com os interesses dos grupos empresariais privados de capital transnacional que se caracteriza pela concentração de renda em mãos de *holdings* mundiais.

No discurso governamental, tornar o Estado de Pernambuco competitivo e atrair investimentos privados são veiculadas como as causas principais para a grande soma de recursos investida em infraestrutura. A diminuição das disparidades sociais existentes dentro do Estado aparece como uma consequência lógica da maior competitividade e da atração de investimentos privados. Essa é uma visão que se coaduna com o desenvolvimento do turismo internacional de massa, no qual a palavra *sustentabilidade* está dentro da lógica da aquisição do lucro como o pilar fundamental do desenvolvimento em que a natureza passa a ser um bem de consumo, visão compartilhada pelos investidores privados, pelos executores governamentais e pelo jornalismo local (*JC on Line*), em Pernambuco.

Conceber desenvolvimento como crescimento econômico é o que possibilita a hipervalorização do aumento de circulação de dinheiro e a maior preocupação com o potencial de consumo realizado pelos turistas quando comparados aos benefícios de pouca qualidade aos quais as populações locais têm acesso. Tratar da sustentabilidade nessas bases é insustentável! O desenvolvimento sustentável, para os movimentos sociais, inclui atualmente a sustentabilidade do sistema de produção, que se refere à capacidade de não esgotar os recursos naturais nem superexplorar os trabalhadores; a sustentabilidade das intervenções que diz respeito à forma justa e participativa com a qual se deve construir o desenvolvimento e a sustentabilidade democrática que está relacionada à promoção da vivência dos direitos humanos, políticos, econômicos, sociais e culturais (Camurça, s/d). Não se trata de uma simples diminuição da pobreza ou da realização de uma justiça distributiva, mas da realização de um desenvolvimento sustentável democrático, no qual os atores e grupos sociais protagonistas das lutas socioambientais e da população possam desenvolver sua capacidade de empoderamento, formulando e viabilizando seus projetos (Acsegrad & Leroy, 1999).

Marion Teodósio de Quadros
antropóloga, doutorando em sociologia da UFPE, pesquisadora de
FAGES(Núcleo de família, gênero e sexualidade) UFPE.

- ¹ Esse trabalho faz parte de um estudo maior, intitulado *Turismo, gênero e desenvolvimento: avaliação da primeira fase do Prodetur em Pernambuco*, que realizei para a Iniciativa Gênero.
- ² O Prodetur-PE, parte integrante do Prodetur-NE I, implementou 79 projetos em Pernambuco, no período de 1994 a 2002. Atualmente, encontra-se em negociação ou em fase inicial, o Prodetur-NE II, que possui dotações orçamentárias 632% superiores às do Prodetur-NE I para Pernambuco. Em outras regiões do País, há também a possibilidade de investimentos do Prodetur, desde que observadas as condições de potencial turístico do local.
- ³ Os hotéis de lazer ou *resorts* são grandes estabelecimentos que oferecem entretenimento, conforto e facilidades para os hóspedes, que podem usufruir da estadia sem necessitar sair das imediações do hotel para satisfazer suas necessidades de consumo.
- ⁴ Os indicadores utilizados para medir os resultados alcançados foram: geração de empregos diretos e indiretos; serviços de esgotamento sanitário e abastecimento d'água; implantação/melhoria de rodovias; recuperação do patrimônio histórico; preservação do meio ambiente; ampliação/modernização do Aeroporto Internacional dos Guararapes; estruturação/capacitação de órgãos do Governo (Desenvolvimento Institucional).
- ⁵ A situação das mulheres nos discursos do desenvolvimento aparece como uma preocupação forte para movimentos sociais e críticos acadêmicos. São as noções de direitos humanos e de justiça social e ambiental que abrem espaço para as questões de equidade de gênero e empoderamento das mulheres. Entre os poucos trabalhos existentes cuja preocupação é problematizar a questão de gênero na discussão sobre turismo e desenvolvimento, a maioria versa sobre o tema polêmico do turismo sexual, tratando acerca das motivações para esse tipo de comércio e as suas conseqüências para a vida das mulheres (Lehmann-Carpzov, 1994; Piscitelli, 2001; Ribeiro, 1997; Coriolano, 1997; Portella, 2002; Dossiê Sufça, 1994). No âmbito do setor turístico, os dados disponíveis só permitem uma análise da situação desfavorável das mulheres no mercado de trabalho.
- ⁶ Nesse trabalho, a questão de gênero está dentro da perspectiva da mudança para a equidade, por isso olhei para sinalizadores de questões práticas com o objetivo de detectar como se comportam. Gênero é

compreendido como uma estrutura ampla (à semelhança de classe e etnia) que engloba as relações face a face, a economia, o Estado, a família, a sexualidade e as relações internacionais (Scott, 1993; Connel, 1995; Faria, Silveira e Nobre, 2002). Ao escrever sobre turismo e desenvolvimento, estou usando essa categoria, bem como a de classe e a de etnia como referentes analíticos e indicadores dos impactos resultantes da atividade turística que dão significados aos discursos sobre desenvolvimento. Na pesquisa realizada em Suape, achei importante perceber as questões que envolvem a dimensão de gênero dentro do contexto comunitário a partir da relação entre trabalho doméstico e extradoméstico, da divisão sexual do trabalho, das relações de poder evidenciadas no decorrer das conversas, tentando apreender as relações familiares, os nexos entre o público e o privado, os valores envolvidos nas masculinidades, feminilidades e identidade comunitária.

⁷ Um fato interessante é que as pessoas com quem conversei nunca tinham ouvido falar no Prodetur.

⁸ Essa é uma peculiaridade da indústria do turismo no Brasil. No resto do mundo, rendas menores e qualificações mais baixas dos trabalhadores são as características do setor (Arbache, 2001:66).

⁹ Segundo informações das entrevistas, natural de SUAPE.

Bibliografia

- ACSELRAD, Henri & LEROY, Jean Pierre. (1999), *Novas premissas da Sustentabilidade Democrática*. Série Cadernos de Debate Brasil Sustentável e Democrático, n. 1, Rio de Janeiro, Projeto Brasil Sustentável e Democrático/FASE.
- ARBACHE, Jorge Saba. (2001), *O Mercado de trabalho na atividade econômica do turismo no Brasil*. Brasília, Editora Universidade de Brasília.
- CAMPOS, Celcy. (1994), *Desarrollo Rural con Equidad de Género*. Londrina, PROCEDER, IICA, IAPAR.
- CAMURÇA, Silvia. (s/d) *Qual o desenvolvimento que queremos?* Texto de apoio 1. Oficina gênero e desenvolvimento. Projeto Mulheres e desenvolvimento na Zona da Mata de Pernambuco. Recife, SOS Corpo, mimeo.
- CONNELL, Robert. (1995), "Políticas da Masculinidade"; *Educação e Realidade*, vol. 20, jul/dez, Porto Alegre.

- CORIOLIANO, Luzia Neide M. T. (1997), "Da sedução do turismo ao turismo da sedução" in A.B. Rodrigues (Org.), *Turismo. Modernidade. Globalização*. São Paulo, Hucitec.
- Discussão sobre o monitoramento do PRODETUR, realizada com ativistas do movimento ambientalista no Centro Josué de Castro, Recife, 2001, mimeo.
- FIZ - Fraueninformationszentrum. (1994), *Dossier Suíça*, Suíça/Salvador, Gráfica Santa Helena.
- CAMURÇA, Silvia. (2002), "Sobre o problema das desigualdades de gênero no desenvolvimento e para a democracia" in Obra coletiva, *Perspectivas de Gênero: debates e questões para as ONGs*. Recife, GT Gênero – Plataforma de Contrapartes Novib/SOS Corpo Gênero e Cidadania.
- FLORO, María S. (2002), *Dimensiones de género en la agenda del financiamiento para el desarrollo*. Lima, Flora Tristán, mimeo.
- FRANCH, Mônica; BATISTA, Carla e CAMURÇA, Silvia. (2001), *Ajuste estrutural, pobreza e desigualdades de gênero. Um caderno feminista de informação e reflexão para organizações de mulheres*. Recife, Iniciativa de Gênero/SOS Corpo Gênero e Cidadania.
- LEHMANN-CARPZOV, Ana Rosa. (1994), *Turismo e identidade – construção de identidades sociais no contexto do turismo sexual entre alemães e brasileiras na cidade do Recife*. Dissertação de mestrado, Recife, UFPE.
- PISCITELLI, Adriana. (2001), *Imperial Visions: gender and sexuality discussed in the context of international Sex tourism in Fortaleza, Brazil*. Encontro LASA - Latin American Studies Association. Washington DC.
- PORTELLA, Ana Paula. (2002), *Tráfico de Mulheres, Adolescentes e Crianças para Fins de Exploração Sexual*. Relatório de pesquisa. Pernambuco. SOS Corpo Gênero e Cidadania, mimeo.
- RIBEIRO, Miguel Angelo. (1997), "Prostituição de rua e turismo: a procura do prazer na cidade do Rio de Janeiro" in A. B. Rodrigues (org.), *Turismo. Modernidade. Globalização*. São Paulo, Hucitec.
- SCOTT, Joan. (1990), *Gênero: uma categoria útil da análise histórica*. Educação e Realidade, vol. 16, n. 2, jul/dez, Porto Alegre.
- WHITING, Sandra S. e FARIA, Diomara Maria Cicci P. (2001), *Avaliação dos aspectos ambientais e socio-econômicos do PRODETUR I*. Relatório preparado para o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Washington D.C., Mimeo.

Homepages:

<http://www.bnb.gov.br/prodetur>.

<http://www.embratur.gov.br>

<http://www.empetur.com.br>

<http://www2.uol.com.br/JC>, de 06/04/99 a 14/07/2001

A mesma triste história. Mulheres praieiras vivendo sob o contexto de desenvolvimento turístico no litoral nordestino

Elizabeth Mafra Cabral Nasser

O litoral nordestino, especialmente no trecho que vai do Ceará até a Bahia, tem mais ou menos uma história comum, no que se refere a sua ocupação humana. De espaços desqualificados para moradia, foram transformando-se paulatinamente em locais atraentes para o descanso das elites e passam hoje por uma ocupação desordenada, promovida pelo desenvolvimento do turismo.

Desde o período da colonização e por muitos séculos, a população fugiu das praias. Eram terras sem valor comercial e difícil de serem habitadas, por suas condições de solo e clima. De baixíssima produtividade, seus solos não se prestavam à agricultura intensiva e, conseqüentemente, à fixação de grande contingente populacional. Outro fator que inibia a ocupação era que ventava muito, com constante movimento de areia, tornando incômoda a permanência na orla marítima. Nessas condições, só os brancos pobres e os negros passaram a habitar as praias, principalmente depois da Abolição. Alguns ajuntamentos de negros chegaram a formar quilombos à beira-mar, como aconteceu com o grupo de Sibama no Rio Grande do Norte. E, assim, se passaram

dezenas de anos. Ninguém os incomodava, pois as terras não tinham valor econômico que merecesse seu esbulho.

A população praieira vivia da pesca artesanal, da agricultura de subsistência e do artesanato que era feito pelas mulheres. Assim, dizem os mais antigos: “as mulheres, além dos afazeres domésticos, faziam rendas de almofadas. Na frente das casas, quando dava sombra, sentadas em um tamborete, com a almofada e seus bilros, que eram manejados com grande habilidade; daí saíam rendas que complementavam os rendimentos da família”.

No início do século 20, começam a chegar os veranistas. Foi um tempo de grandes expectativas e mudanças para os praieiros. As famílias de mais alta renda, fugindo do calor das cidades e das fazendas, introduziram o hábito de veraneiar. Mas não tinham acomodações e alugavam as casas dos pescadores, que, por sua vez, construíam às pressas barracos de taipa e palha para acomodar a família. Era, para os nativos, um período de “vacas gordas”.(1) Eles recebiam o aluguel da casa e os inquilinos melhoravam as instalações, pois queriam um pouco mais de conforto. Muitas dessas casas terminaram sendo compradas pelos veranistas, que passaram a ter casa própria para veraneio. E, assim, a população local foi cedendo espaço aos veranistas que chegavam. Essa ocupação foi desigual e, ainda nos anos 80, muitas praias eram habitadas exclusivamente pelas populações tradicionais e comunidades pesqueiras, guardando, quase intocadas, suas belezas naturais.

Na década de 70, as praias começam a receber uma nova leva de frequentadores — são os turistas que chegam. Estavam à procura do exótico, selvagem, diferente. Praias habitadas apenas pelos “nativos” significavam pouca interferência na natureza. Os órgãos governamentais começam a propagar as maravilhas do turismo, passando a imagem de que “a indústria do turismo é que vai gerar emprego”. Entretanto, a maior parte do que foi feito nessa época, de apoio ao turismo e à geração de emprego, teve mais o sabor da improvisação do que o resultado do trabalho planejado.

Foi através dessa propaganda que nasceu uma expectativa muito grande na população praieira, que esperava com ansiedade a chegada

de turistas e do turismo, que trariam dinheiro, desenvolvimento, melhores condições de moradia e de vida. Porém, ao coordenar a oficina *Intercâmbio entre as Mulheres Praieiras*, ouvimos ricos depoimentos e, a partir dessas informações, temos muito a nos indagar e questionar sobre o turismo.

O grupo era composto de dez mulheres, duas técnicas e oito delas exercendo alguma atividade na sua região, vivendo em praias do Ceará e Rio Grande do Norte: mulheres de assentamentos, professoras, coletoras de algas, pescadoras e ecologistas, ocupando cargos em associações de mulheres, de moradores, de pescadores e pescadoras, de algas marinhas e de ecologistas. Algumas delas com personalidade muito forte e mostrando a liderança que exercem em suas comunidades. Pela diversidade de funções que essas mulheres ocupam em suas comunidades, pôde-se coletar grande e valioso volume de informações que muito enriqueceram o debate.

Baseada nas informações e discussões que ocorreram durante aquele encontro é que vamos tentar refazer um quadro de implicações que se processa antes, durante e depois da chegada dos turistas. Usarei os discursos das mulheres praiadeiras para se ter idéia do impacto cultural que está se processando.

“O sonho da minha comunidade é que façam uma estrada de asfalto que chegue até a nossa cidade, assim os turistas vão para lá”. Mas é a mesma mulher que reclama das casas de veraneio que estão construindo nas falésias, provocando erosão. Ainda acrescenta: “Em 2001, a água ficou contaminada e o peixe-boi foi embora”. E, quando se refere aos políticos, fala do descaso para com a população: “Só temos médico duas vezes por semana, se precisar de uma ambulância só tem na cidade vizinha, que fica distante”. Todas essas reclamações, ela fazia tentando mostrar que tudo seria resolvido se construíssem a estrada de asfalto e o turista passasse a frequentar sua comunidade, uma comunidade ainda não ocupada por turistas e aonde o desenvolvimento turístico e seus projetos ainda não chegaram.

As outras, que estão vivendo sob essa experiência, retrucam e contam fatos. “Os políticos, não adianta procurá-los — eles só nos procuram na época das eleições.” Sobre estes, a reclamação foi geral, e uma

chegou a afirmar: “No meu município, o prefeito colocou mulher, filhos, irmãos, todo tipo de parente, e nós não temos condições de conversar com ele para falar dos nossos problemas”. “O poder público não investe nas necessidades básicas da comunidade, como saúde e educação.”

Nós sempre relacionamos o turismo à geração de emprego e ao desenvolvimento com preservação cultural e ambiental da comunidade. Mas, pelos depoimentos, nós podemos provar que não é bem assim que está se processando. Nos depoimentos, sente-se o tempo todo o desespero dos habitantes. Muitas dessas praias começaram a ser procuradas por serem desertas, guardando toda a sua beleza natural, sendo habitadas apenas pelos nativos e procuradas por jovens. “Na Pipa, o turismo chegou há cerca de 15 anos. Quem primeiro chegou foram os mochileiros, os surfistas que dormiam nas casas dos pescadores e comiam qualquer coisa. Com os surfistas, veio a maconha; com turistas estrangeiros, a cocaína.”

“Há quinze anos, cheguei na Pipa — sou artesã e vendo artesanato desde que cheguei. Ela era menor e era melhor, porque a gente sobrevivia de temporada, mas numa temporada a gente tinha um dinheiro legal, até dólar. Hoje, tem casa de câmbio e o turista chega e troca. Antigamente não, o turista vinha e deixava o dólar com a gente, com o garçom, com a camareira. A gente guardava o dólar debaixo do colchão e tinha uma poupança sem precisar de banco.”

E ela vai discorrendo sobre as mudanças que se processaram. O artesanato foi substituído pelo industriano e o infianato(2), os quais, como ela diz, não têm criatividade. “Nós, que somos artesãos, fomos engolidos por essas categorias.” Fala com muita mágoa das rendeiras que desapareceram: “Hoje, só existe uma mulher fazendo renda”. (...) “Nós, que somos artesãos, pagamos pra estar expondo na rua, jogados, largados no meio da rua. Nosso alvará custa 200 reais, enquanto um lojista paga 150.” Pelo que se depreende, os artesãos locais são engolidos pelos que chegam, sem nenhuma identificação cultural com a região.

“Tem uma placa da Caixa Econômica — *Ampliação da Feira de Artesanato* — onde nunca funcionou feira de artesanato. Estão fazendo uma estrutura de viaduto e a feira deverá funcionar lá — a

prefeitura nunca nos chamou para apresentar o projeto. Eles não nos consultam — o que é que a gente precisa, quais são as nossas necessidades.” E as queixas são muitas, sempre destacando a ausência de diálogo por parte das autoridades locais; os artesãos não foram consultados, os representantes dos artesãos não foram indicados por eles.

“Nós somos completamente discriminados, quando nós sabemos que o artesanato é o que vai pra fora, que leva o nome da praia em forma de camisa, no *souvenir* ou em qualquer coisa, vai o nome da praia lá fora. É no Brasil e fora do Brasil, e nós somos reprimidos.”

A violação da tranquilidade dos moradores é outro problema recorrente, os depoimentos são longos e cheios de mágoas. As mulheres falam com muita preocupação da avalanche de gente nos feriados, com som alto, carros em cima das calçadas. “O cara chega, liga o som e abre a porta, não interessa se é uma área residencial, não está preocupado não, quer ouvir som, quer beber, quer jogar o lixo dele.” Existe a lei do silêncio. Para se viver em comunidade, essas leis têm que ser aplicadas e são os órgãos governamentais que têm que se preocupar com sua implementação, considerando o bem-estar da população.

“E aí vem a prostituição que está crescendo... fiquei de bobeira porque eu vi, num final de semana que não foi feriado, eu vi dois carros cheios de prostitutas e um cafetão acompanhando elas. Uma prostituta profissional você olha, você vê pelas roupas. E o cara vinha acompanhando, fica aqui, toma aqui e ia distribuindo.” As denúncias do crescimento da prostituição são muito grandes e preocupantes. Esse depoimento foi ampliado e reforçado por outras componentes do grupo. Quanto mais amplo e complexo se torna o surto turístico, mais efetiva torna-se a presença da prostituição.

“Quando aparece uma entrevista da Pipa, o que mais falam é que está cheia de gringos, só fala que é internacional. Então as prostitutas estão vindo pra cá, e não só de Natal, é do Ceará, da Paraíba e de todo lugar.” “Trabalhei treze anos na beira da praia, saí porque não aguentava, é a maior depravação. Você vê as menininhas sentadas no colo dos caras, já praticando até os atos. O barraqueiro não diz

nada porque o gringo tá gastando, vai dizer o quê? Quer é que o gringo gaste. E cadê o pudor?"

"Quanto aos assaltos e aos seqüestros, isso aí já virou moda porque, desde muito tempo, uns seis anos, que isto aqui vem sofrendo com assalto, assalto mesmo." Parece haver um desespero muito grande da população e sempre uma indagação sobre o despreparo das autoridades para manejar os problemas vindos com o turismo — o que fazer?

Embora o governo relacione o turismo à geração de emprego e ao desenvolvimento, não é isso que percebemos nos depoimentos. Há sempre uma mágoa profunda. "A comunidade se sente rejeitada, discriminada, excluída dos programas turísticos desenvolvidos." Muitos depoimentos revelam o sentimento de rejeição, por ser morador do lugar e aquela expectativa do emprego, da melhoria de vida, não acontece.

As roças foram abandonadas, a pesca acabou-se, pois, segundo informam, o mar está poluído pelo lixo. Foram expulsos de suas casas à beira-mar e não receberam nenhum benefício. Onde está o tão propalado desenvolvimento que o turismo traz? Há realmente uma desesperança e um desencanto no discurso dessas mulheres.

Há também uma grande preocupação com o meio ambiente: a construção de mansões em áreas de preservação ambiental. A população se questiona por que os órgãos competentes não tomam uma atitude. Vão esperar que o pior aconteça? Também não há qualquer plano de urbanização racional, o que piora a situação. Uma visão imediatista por parte das autoridades locais é fato comum nessas situações. O importante é incentivar o empreendimento, sem qualquer planejamento prévio sobre os diversos impactos, particularmente o cultural e o ambiental. O povo fica desesperado quando se sente ameaçado e vê que as autoridades, os políticos que ele elegeu, ficam contra ele.

Outra mulher, habitante de uma comunidade pesqueira no Ceará, desabafa suas mágoas: "Há muitos anos, a gente não tinha energia elétrica, o acesso era ruim, mas, em compensação, nós tínhamos muito mais dinheiro do que agora com a estrada e a energia. Porque as pessoas que iam lá tinham dinheiro e deixavam na comunidade. Agora entrou mais gente e virou vandalismo mesmo, e o dinheiro não fica lá. Criei meus filhos com uma barraca de praia".

Uma praieira de Flecheiras, no Ceará, faz o seu desabafo: “As primeiras casas de veraneio chegaram em 70 e também começaram a construir as primeiras pousadas”. “Quando se falava em turismo, vinha logo a idéia de emprego, todo mundo se animava, pois todo mundo ia se empregar. Mas a gente vê que isso é ilusão. A gente vê que é só uma pequena parte que se beneficia. Hoje, quem se beneficia com o turismo? São apenas donos de hotéis, pousadas, bares e restaurantes.” (...) “O problema que os pescadores enfrentam hoje é que alguns donos de pousadas não permitem que barcos sejam colocados em frente das pousadas. Esse é o maior problema que estamos enfrentando hoje.” Por séculos, a população local foi dona da terra, das praias e do mar. Pescavam e deixavam seus barcos repousando sobre a areia, em qualquer lugar. Hoje, estão proibidos de usar um espaço que sempre foi deles.

Outra habitante de Flecheiras dá o seguinte depoimento: “A gente esperava que tivesse emprego pra gente, mas não, eles trazem gente de fora. Se não for de colégio ou prefeitura, emprego não tem. Estou envolvida em um trabalho com algas e estou gostando muito. No Brasil, só tem no Ceará, na Paraíba e no Rio Grande do Norte. É um trabalho interessante porque, além de estar preservando o meio ambiente, é uma forma de sobrevivência”. Ela falava com muito orgulho do seu trabalho, do prazer de estar preservando o meio ambiente e de ter um emprego garantido. É interessante como, no discurso de muitas delas, é bem forte a preocupação com a preservação ambiental e sempre que fazem uma crítica, uma denúncia, se indagam o porquê dos órgãos governamentais não tomarem uma atitude.

Uma habitante de Batoque, no Ceará, dá o seguinte depoimento: “Moramos em uma reserva florestal e vivemos da pesca e da agricultura. É pouco, mas dá para o sustento. Vivíamos muito tranqüilos, mas, em 1933, apareceu o Sr. M. Dias Branco, com um documento dizendo que todas aquelas terras eram dele. Já veio acompanhado do povo da Odebrecht para comprar as terras e construir um hotel”. “Batoque está localizada em uma reserva extrativista às margens de rio, lagoas e praia. As terras são da União. O prefeito não se envolveu para defender os nativos, estava muito mais interessado que o projeto

se concretizasse. A população ficou dividida, pois muitos foram comprados. Ouve ameaças de morte e o processo está correndo na justiça." A população exigiu uma audiência com o Ministério Público na comunidade. Afirmou que a documentação nunca apareceu. O Sr. Dias Branco está demarcando a terra e hoje se diz dono da metade do terreno. A Odebrecht desistiu da compra.

Diante de toda essa discussão sobre a posse das terras, eles articularam-se e pediram apoio ao Governo do Estado para instalar, em Batoque, um turismo alternativo, com pousadas simples, bares e restaurantes típicos, com comidas regionais e incentivo ao artesanato local. Tudo seria gerido pelos habitantes da região. Na fronteira de suas terras, vivem os índios Jenipapo Canindé, que também serão envolvidos no projeto. Em todo esse processo, eles estão tendo o apoio do Ministério Público, do Ibama e da Igreja Católica, que patrocina a parte jurídica.

Participando da nossa reunião estava uma pesquisadora que ouvia tudo atentamente e no fim pediu para fazer o depoimento que se segue e encerra o registro da oficina.

"Faço parte de um órgão do Estado, como gestora pública. Despertou-me a necessidade de sair do órgão e fazer uma pesquisa para entender o que acontece no nosso estado com relação ao turismo. Porque o discurso que eu ouvia era que o turismo era uma panacéia, ia resolver o problema do mundo inteiro, gerar muito emprego e ia ser às mil maravilhas. E eu ia ao campo, ia aos municípios, e não via isso. Município como Tibau do Sul que, depois de Natal, é o lugar que mais tem empreendimento turístico, e eu não via isso. Eu via as pessoas sendo expulsas da praia, saindo lá pra trás. Foi feito um estudo sobre a pobreza no Rio Grande do Norte, e esses municípios eram apontados como municípios que estavam abaixo da linha de pobreza. Tudo isso que foi colocado hoje de manhã e está sendo colocado agora é uma realidade vista do foco de quem vive lá no lugar, mas vista também por quem tem um pouco de sensibilidade e procura ver desde uma atividade governamental, desde uma atividade de pesquisa. Este trabalho, desta oficina, foi muito importante, e triste ao mesmo

tempo, porque tudo que eu coloquei antes, como a verdade da minha pesquisa, se confirmou. Eu gostaria que não tivesse se confirmado, mas se confirmou.”

Elizabeth Mafra Cabral Nasser
Antropóloga. Professora adjunta aposentada da UFRN.
Presidenta do Grupo Autônomo de Mulheres (GAM).

Notas

¹ “Vacac gordas”. Expressão popular significando período de fartura.

² Termos utilizados pela informante, significando: “industrializado”, objetos industrializados; e “infianato”, artesanato feito com fios e contas.

Exploração sexual no turismo

A exploração das mulheres na dinâmica do turismo sexual

Jaqueline de Souza Leite

O Centro Humanitário de Apoio à Mulher – Chame, teve sua origem no Centro de Informações para Mulheres da Ásia, África e América Latina – FIZ, em Zurique, Suíça, baseado na constatação do alto percentual de brasileiras envolvidas em casos de tráfico internacional de mulheres e turismo sexual. Com a necessidade de estabelecer políticas de prevenção nos países de origem, o Chame foi implantado em Salvador, Bahia, em 1994, com o objetivo específico de prevenir o tráfico de mulheres jovens e adultas, através da informação direcionada e do trabalho de sensibilização e conscientização.

Se voltarmos no tempo, diríamos que os séculos 15 e 16 marcam o começo do turismo no mundo, o turismo de negócios. Esse é o período em que europeus viajam para a América Latina, África e Ásia; é o período das grandes navegações, quando aventureiros associam-se a fidalgos e reis para organizar expedições freqüentes, instalando o comércio internacional entre as colônias e destas com as metrópoles européias. Nesse período, viajava-se sempre a negócios ou para mudar de lugar, nunca a passeio.

A viagem de passeio está associada à idéia de lazer, e esta somente se instala no mundo após a Revolução Industrial, quando o lazer

passa a ter um conteúdo ideológico de tempo correspondente ao “não trabalho”. Mas o descanso não era sinônimo de viagem. As viagens de lazer iniciaram-se muito depois, após a I Guerra Mundial, e expandiram-se com os avanços das comunicações, dos meios de transporte, impulsionadas pelos ganhos das classes trabalhadoras, que, a partir das lutas sindicais e com o Estado de Bem Estar, tendo direitos garantidos, puderam poupar e passaram a viajar, nas férias, a lazer. Os anos 50 marcam a consolidação das viagens de turismo, em especial viagens realizadas em grupos, pelas classes média e trabalhadora europeia e norte-americana, na forma de excursões turísticas entre países da Europa e outras regiões do planeta.

O turismo sexual desenvolve-se muitos anos depois. É um tipo de turismo que, a exemplo das viagens comerciais dos séculos 15 e 16, está baseado em relações desiguais entre países, reproduzindo ideologias e práticas racistas e sexistas, fundadas em relações de desigualdade social, econômica, política e cultural. Suas características incluem o deslocamento de homens e mulheres para outros lugares (cidades, estados, países), em busca, exclusivamente, de aventuras eróticas. Em geral, desenvolve-se no sentido dos países ricos ou centrais para os mais pobres, tendo por base uma falsa imagem da mulher do “Terceiro Mundo”: mulata, negra ou asiática, supostamente disponível e interessada em aventuras eróticas, por ser mais sensual, além de dócil, e mais submissa aos caprichos masculinos que as mulheres brancas europeias.

No Brasil, o turismo sexual inicia-se nos anos 70, quando começa a saturar a indústria do turismo sexual na Ásia, transferindo essa prática para a América Latina, principalmente para o Brasil e a República Dominicana. Nesse mesmo período, começam as propagandas e o grande incentivo do governo brasileiro a essa indústria. Um exemplo muito conhecido de propaganda, veiculada no tempo da ditadura militar brasileira, pode ilustrar a forma direta de anunciar “o produto” de exportação nacional, a mulata brasileira:

...As praias do Brasil ensolaradas, mulatas soltam gingas de amor.

A mão de Deus abençoou, em terras brasileiras vou plantar amor.

Eu te amo, meu Brasil, eu te amo,...

Muitos são os fatores determinantes para a proliferação do turismo sexual. A convivência das autoridades nacionais é um deles, mas há mais. A imagem de sensualidade, erotismo e liberdade sexual veiculada tanto nas propagandas turísticas quanto na literatura é um outro fator. E há ainda o processo de erotização do cotidiano e a banalização do sexo por meio da mídia, tão crescente na sociedade de mercado e na cultura brasileira. Para além dos aspectos culturais, há fatores do próprio mercado de trabalho informal e excludente e a situação econômica e social do País. Isso favorece a inclusão de atividades sem especialização na indústria do turismo, formando redes de agenciadores e facilitadores que passam a trabalhar diretamente com o turista.

O turismo sexual estrutura-se em duas modalidades. Os chamados *Pacotes*, vendidos por agências de turismo, no Brasil e no exterior, incluem a companhia de uma mulher jovem ou adulta, que pode ser escolhida previamente por meio de foto ou vídeo. Paga-se todo o serviço da agência e as despesas de viagem, a mulher é um item a mais entre os custos do pacote, que inclui passagem aérea e terrestre, se for o caso, hospedagem, traslado do aeroporto, etc. Essa modalidade é adquirida também pela Internet, por meio de agências especializadas. Outra modalidade é a *Informal*, quando não ocorre a escolha antecipada da acompanhante. Utiliza-se de informações no próprio hotel ou nas ruas.

Em ambos os casos, o turismo sexual se faz por meio de algumas figuras-chaves, personagens dessa economia informal. Em Salvador, identificam-se pelo menos quatro grupos de pessoas. O *facilitador*, um deles, em geral, está mais próximo ao turista, podendo ser uma agência formal ou um porteiro de hotel. Outro grupo é o de *agenciadores*, em geral homens. Estes atraem as mulheres para próximo dos pontos de encontro e do turista. Por fim, há o grupo das *mulheres* e o *turista*. No geral, forma-se uma rede de homens que exploram mulheres, embora possa haver, e há, prática de sexo turismo em que mulheres exploram jovens rapazes.

Na dinâmica do sexo turismo, as mulheres brasileiras cumprem algumas funções muito precisas, isso é o que configura a relação de exploração. Essas mulheres fazem às vezes de guias de turismo, mostrando a cidade, sem provocar nenhum tipo de gasto do turista

com o trabalho de um guia profissional. Podem ainda funcionar como uma espécie de garantia para a segurança: o turista será conduzido a locais que sejam seguros, evitando que seja enganado devido às dificuldades de comunicação. Por fim, realizam a fantasia sexual do turista, envolvendo-se com eles.

O envolvimento é duradouro, porém sem responsabilidade. Não é feito pagamento em moeda corrente, mas elas recebem presentes, pois a relação fica configurada como namoro. As mulheres e os homens, em geral, não utilizam preservativos, por conta de estabelecerem a imagem de uma relação de confiança. Nem elas querem demonstrar que mantêm relações com outros homens com frequência, nem eles querem deixar transparecer que costumam se relacionar com prostitutas, ambos comportam-se como estabelecendo um namoro entre duas pessoas sozinhas que se conheceram e se gostam. Ambos terminam por colocar-se em situação de extrema vulnerabilidade para contrair e transmitir DSTs e Aids.

O turismo sexual em nada valoriza as mulheres ou altera sua situação social. Ao contrário, considera-se que contribui para depreciar sua imagem, reproduzindo relações sexistas e machistas, além de ideologias racistas. Essa prática de turismo assenta-se na desigualdade entre homens e mulheres, de classe e de raça; é uma expressão dessa desigualdade e sua prática somente exclui, ainda mais, as mulheres da cidadania, ainda que as aproxime e as inclua em um certo padrão de consumo, que, de outra forma, não teriam.

É uma prática que tem produzido um impacto nefasto nas comunidades onde se constroem complexos turísticos, produzindo ali, entre as jovens, o desejo por objetos que ganharão de presente, alimentando falsos sonhos de mudança de vida ou de facilidade para se obter coisas. De igual maneira, alimenta, nas demais pessoas de seus círculos de amizade e família, os padrões de comportamento e de sonhos do consumo inacessível à sua própria classe, uma forma perversa de se incluir na sociedade consumista.

Em grande parte dos casos, o sexo turismo desdobra-se em violação dos direitos humanos, envolvendo, não raramente, a exploração sexual de crianças e adolescentes e fomentando o tráfico internacional de mulheres jovens e adultas.

Do ponto de vista econômico, o turismo sexual é um problema. É uma prática clandestina, muitas vezes associada ao crime internacional, inclusive ao consumo e tráfico de drogas. Além disso, produz retração de demanda turística de outros tipos. Os turismos cultural, artístico e familiar são constrangidos pelo estigma e pela imagem negativa que fica associada aos lugares de grande movimento do turismo sexual.

Para as organizações feministas e os movimentos sociais de direitos humanos, o turismo sexual configura-se como um grave problema, por tudo que já dissemos, que vem começando a ser enfrentado, ainda que de forma incipiente e contra a resistência de setores conservadores do empresariado, dos governos e da sociedade civil.

Para o seguimento do debate na sociedade, o principal desafio feminista é desenvolver argumentos não moralistas, que respeitem a opção das mulheres quanto à forma de viver sua liberdade sexual, mas que não sejam coniventes com a exploração e opressão que as relações ali estabelecidas contêm e reforçam. Nosso desejo é que possamos, com nosso trabalho, contribuir para a construção de uma sociedade na qual a desigualdade baseada nas diferenças sociais, culturais e raciais não seja tolerada.

Jaqueline de Souza Leite
Coordenadora do Chame - Centro Humanitário
de Apoio à Mulher, Bahia

Turismo sexual em Fortaleza: o cenário e os protagonistas de uma história de humilhações e desrespeito

Luizianne Lins

O Jornal *O Povo*, de 29 de agosto de 2001, veiculou uma matéria intitulada *Mulheres até US\$ 25.00 em Fortaleza*, denunciando que a cidade estaria incluída na rota do turismo sexual, atividade permanentemente relacionada à exploração sexual de mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos. Dias antes, havia sido desvendado o desaparecimento de seis empresários portugueses, que se encontravam fazendo turismo em Fortaleza e que foram executados a mando de Luiz Miguel Militão, também português. Eles, supostamente, teriam vindo a Fortaleza com o objetivo de usufruir desse tipo de turismo.

Em 1997, o mesmo jornal publicou um caderno especial de turismo intitulado *O Turismo que Envergonha Fortaleza*, referindo-se à existência de uma rede integrada a serviço da prostituição para os estrangeiros, matéria assinada pela jornalista Geísa Mattos: “Na agência de viagens, o europeu recebe um *folder* que oferece pacotes para o Brasil. O cartão postal são três mulheres, duas morenas e uma negra de costas, usando minúsculo biquíni e tendo por cenário a praia de Canoa Quebrada, Ceará. Por cerca de dois mil dólares, ele

desembarca na capital cearense, direto de Milão, com direito a sete noites de hotel e café da manhã”.

Com a chacina dos portugueses, a suspeita de que Fortaleza é referência internacional do turismo sexual volta ao debate. A indignação do povo cearense, agregada à necessidade de se apurar o possível engajamento de agências de viagens, hotéis, bares, restaurantes, operadoras de turismo e agentes do poder público na divulgação ou intermediação de uma suposta rede de promotores do *pornoturismo* na nossa capital, serviu de justificativa para o requerimento nº 1647/01, subscrito por vinte e um vereadores, solicitando a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para efetuar tal investigação.

Respondendo aos anseios dos cidadãos da cidade, a Câmara Municipal de Fortaleza, em consonância com a Constituição Federal e de acordo com as prescrições da Lei Orgânica do Município e do seu Regimento Interno, criou, em 06 de setembro de 2001, a CPI para investigar a prática de turismo sexual na cidade de Fortaleza, que teve seus trabalhos concluídos em março de 2002.

A inquirição de testemunhas se deu pela metodologia empregada no inquérito policial, sendo que as pessoas e instituições convidadas e/ou convocadas foram escolhidas segundo sua situação no contexto do turismo. Desta feita, foram ouvidos representantes de entidades de classe de empresas e serviços do *trade* turístico, entidades de classe de trabalhadores no setor, agentes dos poderes públicos, organizações não-governamentais com atuação na proteção de direitos e pessoas físicas, sendo que estas últimas se dividiram em dois segmentos: acusados e acusadores e/ou vítimas. Ainda foram ouvidas diversas adolescentes com a devida representação de seus responsáveis.

Segundo relatório do Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes na América Latina e Caribe – Cecria, “turismo sexual é a exploração de meninos, meninas e adolescentes por visitantes, em geral, procedentes de países desenvolvidos ou mesmo turistas do próprio país, envolvendo a cumplicidade por ação direta ou omissão de agências de viagem e guias turísticos, hotéis, bares, lanchonetes, restaurantes e barracas de praia, garçons e porteiros, postos de gasolina,

caminhoneiros e taxistas, prostíbulos e casas de massagem, além da tradicional cafetinagem” (Cecria/MJ – 1996).

No final do segundo e início do terceiro milênio, no bojo dessa conjuntura de crescentes desigualdades sociais entre classes e países, floresce uma forma de exploração humana, envolvendo, principalmente, mulheres pobres, muitas vezes ainda na infância ou na adolescência, de países do Terceiro Mundo, e homens de variadas procedências, inclusive nacional, mas particularmente de países ditos desenvolvidos, que, nos roteiros de viagens, costumam agregar uma modalidade de consumo específica: o sexo, para cujo acesso muitas vezes contribui a cumplicidade, por ação direta ou omissão, de agências de viagens e guias turísticos, hotéis, bares, boates, restaurantes, motéis e *flats*, instituições governamentais, entre outros.

O turismo sexual figura entre as formas de expressão das modalidades de exploração sexual comercial de meninos, meninas e adolescentes no Brasil catalogadas no Relatório Final de pesquisa realizada pelo Cecria. No mesmo relatório, Fortaleza aparece como uma cidade onde, entre outras modalidades de exploração sexual comercial, destaca-se uma rede de agenciamento — complexo de produção de prostituição, situada na beira-mar, portanto, com fortes vínculos com o turismo.

O Ceará figura, de acordo com os dados do sistema nacional de combate à exploração sexual infanto-juvenil, coletados pela Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescente – Abrapia, entre os três estados brasileiros que apresentam o maior número de denúncias através do telefone 0800-990500.

É bem verdade que não se pode abstrair o caráter perverso do turismo sexual, que encontra campo fértil em regiões onde sobrepõe a miséria e a concentração de renda; contudo, outros elementos, de natureza subjetiva e cultural, muito contribuem para o desenvolvimento dessa chaga, entre esses, merece destaque a produção publicitária de promoção do turismo local associada a imagens femininas sugestivas de permissividade sexual. Durante muito tempo, nossos cartões postais costumavam exibir, além da paisagem exuberante que nos é peculiar, partes da anatomia feminina, colocadas ali sem outro propósito

que não o de atrair turistas do sexo masculino. Embora possamos reconhecer que nos últimos tempos tenha havido uma mudança de postura quanto às propagandas promotoras do turismo, em que já se rechaça esse tipo de apelo, não podemos negar sua importância na formação do imaginário que cerca o turismo sexual, cujos protagonistas (turistas, agenciadores e meninas(os)/adolescentes/mulheres) parecem corresponder a papéis bastante definidos, a partir mesmo da estratificação social em que se aloca cada um deles. Em geral, a exploração sexual no âmbito do turismo alavanca diferenças socioculturais, que impõem a meninas(os)/adolescentes/mulheres uma condição de subalternidade em relação aos próprios turistas envolvidos nessa relação.

Fortaleza é uma festa, principalmente nas temporadas de alta estação. Férias e diversão para muitos que vêm fugindo do inverno europeu ou mesmo de outros estados brasileiros. Já no Aeroporto Pinto Martins, vislumbram-se as possibilidades de sexo fácil que a cidade pode oferecer. No desembarque, agentes de recepção de turismo aguardam a clientela, que, no rol de serviços de hospedagem, locação de veículos, entre outros, pode encontrar também pacotes de programas sexuais. Ali, bem ao lado, grupos de meninas circulam com a mesma expectativa. Nessa cena, os destinos imediatos de turistas e meninas parecem previamente traçados. Muitas vezes, dá-se o primeiro passo para o encontro entre diferentes e desiguais, como podemos comprovar mediante as imagens registradas pelas câmeras da Infraero. Chama a atenção, o fato de aparecerem sempre as mesmas pessoas (agentes de receptivo e meninas), sugerindo tratar-se de uma atividade corriqueira no contexto do turismo sexual.

Não é redundante dizer que Fortaleza é uma cidade segregada pelas distorções socioeconômicas que se refletem na produção dos diversos espaços. Para o turista que aqui chega, apresentam-se as áreas nobres, com seus complexos hoteleiros, *flats* luxuosos, bares, restaurantes e boates, que em nada denunciam o seu lado antagônico, o do cenário sombrio e miserável da periferia, dos bairros longínquos e das favelas onde os(as) degredados(as) da fortuna se amontoam em minúsculas moradias, sobrevivendo à falta de tudo.

Mas, à noite, em meio ao burburinho reluzente e fugaz que se desenrola entre o calçadão da beira-mar e a Praia de Iracema, acontece um irônico e perverso encontro entre esses dois mundos diferentes em tudo, muitas vezes até mesmo na língua. É quando as meninas migram da periferia — mal disfarçando a pouca idade, com maquiagem e roupas provocantes, conduzidas por agenciadores dos mais diversos tipos — e ocupam seus lugares no palco da sedução. Nesse jogo, cada um tem seu papel: os turistas, embalados pela idéia de que aqui tudo podem, não olvidam em acreditar que podem também comprar favores sexuais de meninas. Por sua vez, esmagadas pela miséria, pelos distúrbios familiares, pela ausência ou ineficácia de políticas públicas de educação, moradia, lazer, etc., e já inseridas no caldo cultural do mundo das necessidades e do consumo, tão pródigo em nossos dias, essas meninas vêm no turismo sexual a possibilidade de acesso a coisas e lugares inimagináveis para sua condição social.

Desse modo, o turismo sexual disfarça a mazela humana que o impregna para criar nas meninas a ilusão da possibilidade de melhores chances na vida. Quem sabe a sorte de encontrar um “gringo”, endinheirado e generoso, que se apaixone! Namorar/casar, ir para a Europa, mudar o destino... ser feliz, são objetos do desejo de muitas. Nesse contexto, o turista sexual, que, em última instância, é um agente direto de abusos, passa a ser visto como um possível redentor para a miséria cotidiana, ainda que isso implique apenas a satisfação imediata do acesso à comida, a roupas e a passeios.

Por outro lado, o turismo sexual é envolto pela clandestinidade por diversas razões: a primeira delas talvez se deva à tendência que nossa sociedade tem para tratar de forma clandestina as questões ligadas ao sexo e à sexualidade e também ao fato de o sexo-turismo em geral estar ligado à exploração sexual de crianças e adolescentes de ambos os sexos, prática ilícita que precisa ser escondida para fugir ao controle e à repressão. Essa situação, entretanto, vai propiciar a presença de outras atividades ilícitas, como tráfico de entorpecentes, lavagem de dinheiro, fraudes, falsificação de documentos, aquisição ilícita de bens e propriedades, tráfico humano, pedofilia, etc. Essa relação perigosa vai contribuir para o agravamento da situação de

crianças, adolescentes e mulheres exploradas, que muitas vezes se vinculam a essas modalidades criminosas.

Diversos fatores podem ser alinhados como componentes que contribuem para que o turismo sexual tenha se desenvolvido de modo tão marcante na cidade de Fortaleza. É necessário delinear cada um deles, como forma de melhor compreender e enfrentar esse fenômeno que degrada não apenas a vida das pessoas nele envolvidas enquanto vítimas ou exploradas (meninas(os)/adolescentes/mulheres), mas também compromete o próprio desenvolvimento de uma das atividades econômicas que mais cresce no Estado do Ceará.

Dessa feita, e com base na apuração constante dos autos da CPI, podemos destacar que fatores de ordem econômica, social e cultural, aliados à impunidade da prática de aliciamento/agenciamento de meninas e mulheres e à ausência ou ineficácia de políticas públicas, são responsáveis pelo turismo sexual.

Apesar de toda a propaganda de que o Ceará é o caminho do progresso, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano 2000, divulgou que o Estado adentra o século XXI como o terceiro mais pobre e, conseqüentemente, o terceiro Estado brasileiro que pior distribui a renda no Brasil, são quase 4 milhões de pobres de acordo com o referido instituto.

A concentração da renda nas mãos de poucos revela a cruel contrapartida da miséria e as péssimas condições de vida da maioria da população, traduzidas em problemas estruturais que se autonomizam e ficam cada vez mais distantes de resolução. As migrações, especialmente para a região metropolitana de Fortaleza, são um fenômeno que tem como causa o abandono da agricultura, a falta de políticas agrícolas e agrárias, a carência de infra-estrutura rural e a incapacidade de se criar mecanismos de renda permanente. Tal fenômeno é responsável pela concentração da população na capital e pela formação de um cinturão de miseráveis que margeia a cidade, sem emprego e sobrevivendo em favelas e áreas de alto risco à vida humana.

Todo esse processo agravou-se com o aprofundamento da internacionalização do capital, que também é conhecida como

globalização; esta traz implícita a substituição do Estado promotor do desenvolvimento econômico pelas regras de mercado, ou seja, é o fim do planejamento de políticas no âmbito da Federação. O Estado do Ceará segue à risca as recomendações do Consenso de Washington: reduzindo o número de funcionários públicos, privatizando empresas e bancos e desconcentrando serviços essenciais em favor da iniciativa privada nas áreas de saneamento, energia elétrica, transportes e comunicação.

É evidente que, enquanto atividade econômica, o turismo requeira para seu incremento um conjunto de estratégias, entre essas a propaganda voltada tanto para atrair investidores para o setor quanto pessoas ou grupos de pessoas com potenciais de consumo no mercado turístico. Como há a tendência mundial de crescimento desse setor em diversos países e mesmo em tantos outros lugares e regiões brasileiras, a propaganda turística passa também a ser considerada como meio de concorrência.

Uma vez que, no Ceará e na sua capital, a indústria do turismo floresceu e revelou uma das mais promissoras vias de desenvolvimento econômico, é natural e aceitável que se incrementassem também as campanhas de marketing nesse setor. O problema é que, durante muitos anos, dada a falta de controle e crítica, aliada a visões distorcidas e preconceituosas, gerou-se uma volumosa produção publicitária com conteúdo visual que privilegiava o destaque para o corpo feminino (supostamente o corpo da mulher cearense) invariavelmente em peças sumárias em detrimento de outros atrativos da região. É possível que esse tipo de propaganda, em que seios e nádegas aparecem mais do que as dunas de nosso litoral, tenha reproduzido e reforçado lá fora uma imagem distorcida das mulheres brasileiras e particularmente das nordestinas, dando destaque à sua sexualidade, esta fincada na noção equivocada do império da voluptuosidade, lubricidade e, conseqüentemente, da permissividade sexual. Portanto, não é difícil concluir que a propaganda do turismo cearense se apropriou de preconceitos que remontam à época da colonização, quando os senhores brancos “derrubavam” negras, índias e mestiças matagal afora. Não esqueçamos, todavia, que tanto o domínio sexual de

outrora quanto o turismo sexual têm em comum a violência subjacente a todo e qualquer tipo de dominação.

Outros fatores, para além da opressão econômica, devem ser destacados para a compreensão da exploração sexual comercial de mulheres, crianças e adolescentes. A condição de gênero é, assim como a violência estrutural, um fator determinante. Não é coincidente que a grande maioria de vítimas da exploração sexual são meninas e, da mesma forma, não é à toa que a maioria dos exploradores e usuários da exploração sexual de garotas é do sexo masculino. Historicamente, o corpo feminino foi construído como objeto à disposição do desejo masculino. O imaginário popular cunhou expressões tais como “vida fácil” ou “profissão mais antiga do mundo” que refletem bem a tolerância social com a venda do corpo feminino como alternativa possível para a sobrevivência de mulheres. Aqui não nos cabe tecer considerações morais ou sociais sobre a prostituição, ao contrário, defendemos os direitos humanos da mulher prostituída e sua condição de sujeito social importante para a transformação dos laços de opressão de gênero. Procuramos entender a opressão de gênero como fator indutor da exploração sexual comercial do sexo feminino e sua relação com o sistema de mercantilização do sexo.

No decorrer dos trabalhos da CPI, colhemos elementos que permitem afirmar que, a esses fatores de ordem social, econômica e cultural, somam-se o investimento não planejado na atividade turística e a livre expansão do mercado imobiliário, relacionando-os ao exercício do turismo sexual. Fortaleza cresceu de forma desordenada, sendo “planejada” pelos desejos e determinantes do mercado. O encontro entre essa liberdade de trânsito, de comércio e de realização de práticas econômicas e a extrema pobreza em que vive boa parte de nossa população faz dela um campo fértil para a prática do turismo sexual. Cria-se assim um ambiente falsamente onírico, onde o turista estrangeiro ou doméstico encontra calor tropical, paisagem idílica e ausência de limites claros para seu prazer e deleite mediante a paga da quantia certa. Uma “Pasárgada” inventada e construída pelo estímulo ao turismo sem a reflexão necessária, em que lucram diferentes atores, tais como

agenciadores do sexo, motoristas de táxi, donos de bares e casas de show, donos de *flats*, locadores de automóveis e de empreendimentos hoteleiros. Diante de todos esses fatores, forma-se um território livre para o exercício da fantasia sexual machista de uma mulher submissa, bela, sensual, jovem e disponível.

Luizianne Lins
Deputada Estadual no Ceará pelo
Partido dos Trabalhadores/PT

Monitorar o desenvolvimento

Monitoramento do Programa Pantanal: exercício, busca, descobertas, acordos, desacordos...

Estela Márcia Scandola

Em primeiro lugar, quero falar da satisfação em estar discutindo com as mulheres aqui do Nordeste que estão de olho no Prodetur. Quero aprender bastante com vocês, porque sei que muitos dos problemas pelos quais vocês estão passando, nós já passamos ou vamos passar no Centro-Oeste. Essa troca de experiência faz todas nós crescermos e acreditarmos na possibilidade de aumentar a nossa articulação e a nossa capacidade de intervir nos bancos. Ontem, tomei conhecimento da forma de organização do Pró-Guaíba, lá do Rio Grande do Sul. São diferentes formas que a sociedade conseguiu organizar para, pressionando os governos e os bancos, termos espaços de decisão mais democráticos.

A entrada do Ibiss no monitoramento do Programa Pantanal começou quando o projeto ainda estava em fase de planejamento. Nossa entidade, em 1995, iniciou campanhas de combate à violência sexual contra crianças e adolescentes. Foi uma forma de responder à CPI da prostituição infantil, que afirmava não existir exploração sexual de crianças vinculada ao turismo, no Mato Grosso do Sul. Nesse mesmo ano, começamos a participar do Fórum do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Mato Grosso do Sul – Formads, porque acreditamos que precisávamos construir parceiros para a causa da criança.

Foi no Formads que descobrimos que estava sendo pensado pelo Governo do Estado um projeto de infra-estrutura para a região do Pantanal. Uma das primeiras aventuras foi conhecer as Instituições Financeiras Multilaterais. O pessoal do BID vinha ao Mato Grosso do Sul, falava conosco e nós não sabíamos direito por que era mais fácil conseguir informações com eles do que com o próprio pessoal do Governo do Estado. Na verdade, o pessoal do BID era mais simpático e até mesmo disponibilizava mais informações. Mas as informações vinham sempre em pedaços, segmentadas. No fundo, nós não tínhamos idéia do Projeto de uma forma global, somente das partes.

No Formads, tínhamos muitas reuniões para discutir as ações previstas no projeto. Era sempre assim: pegava-se um projeto que havia se conseguido mediante muita pressão, criava-se um grupo de técnicos de nossa confiança (pessoal da Universidade, ONGs, pesquisadores, etc.) e eles faziam uma crítica com propostas de mudanças. Fazia-se reunião com o Governo e entregava-se a proposta e daí resultava uma infinidade de ações para saber se eles tinham incorporado nossas idéias ou não. No Formads, sempre tivemos a consciência de que as coisas boas que estão hoje no Programa Pantanal foram por obra e pressão nossas.

Aqui está a primeira constatação que hoje fazemos: em grande parte dos casos, nós, da sociedade civil, trabalhamos duro, com nossos recursos humanos e financeiros, para fazer a crítica aos projetos que estão sendo implantados. Depois, tanto o Banco quanto o Governo contratam consultores caríssimos e pegam o que produzimos, colocam em formatação diferente, ganham o dinheiro e dizem que é proposta do Programa.

Mas alguns podem perguntar: o Programa Pantanal está funcionando desde aquele tempo? Esse é o outro problema. Somente a partir de 2002, iniciou-se a liberação de projetos para montar equipes e infra-estrutura para as coordenações tanto estaduais quanto federal. Nesse caso, também há o lado bom da história, porque muitas ações foram mudadas e algumas delas até retiradas do Projeto por pressão nossa, antes de iniciar a execução das atividades.

Em 1997, por exemplo, o Ministério do Meio Ambiente convocou uma reunião com representantes da sociedade civil dos dois estados

(Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) porque queria o aval para que o Programa fosse federalizado. Para muitos que estavam lá, foi o início da compreensão de que o Projeto Pantanal, que nós discutíamos tanto, significava dívida externa. A idéia de precisarmos de infra-estrutura para o desenvolvimento às vezes é tão forte que, quando há a promessa de dinheiro, poucos de nós nos perguntamos com qual custo o dinheiro vem vindo. Lembro que, no jantar, alguns que já faziam parte de outras lutas se questionavam se o montante do empréstimo significava dívida externa, se devíamos, então, defender o Projeto, querer a verba, se o Governo ia usá-la adequadamente, se era preciso contrair dívida externa para preservar o Pantanal. O grupo do Mato Grosso era sempre mais exigente do que o do Mato Grosso do Sul, porque estava vivendo a experiência com o Prodeagro (outro projeto com financiamento internacional), muito negativo no que se refere ao gerenciamento e à participação popular.

A questão que estava colocada para a federalização do Projeto Pantanal era basicamente o fato de os nossos estados não poderem mais contrair débito, porque o equilíbrio financeiro de ambos já estava comprometido. Nesse caso, vimos o Governo Federal assumir o compromisso de honrar a dívida e, por outro lado, tomamos consciência da realidade dos nossos governos estaduais. Nós, do Ibiss, argumentávamos sempre que a causa da criança nos levou a discutir a dívida externa, não por opção teórico-metodológica, científica, ideológica, mas porque a realidade nos fez buscar as raízes do problema e os parceiros para o enfrentamento da barbárie que é a exploração sexual. Isso nos conduziu a discussões cada vez mais globalizadas.

Em 1998, quando entramos para a coordenação nacional da Rede Brasil, optamos por priorizar, dentro da RB, as ações do BID, pois ele era o organismo financeiro multilateral que estava mais próximo do nosso cotidiano de militância. A descoberta inicial de que o Brasil tem cotas no Banco, participou da sua fundação, tem diretores e tem o segundo maior poder de voto (quase 11% das ações), de fato, rompeu com a idéia de inocência do nosso país. Na verdade, os nossos governantes concordam com as regras. Aí, a nossa luta não é somente contra os projetos dos bancos, mas também contra as atitudes do nosso próprio Governo.

Outra descoberta é que os projetos de um banco multilateral são complementares a outros projetos e o conjunto deles vai implantando políticas que nem sempre respondem às conquistas que os grupos populares inscreveram na Constituição. Por vezes, senão em grande parte, implantam modelos de políticas públicas contrárias àquelas pelas quais lutamos.

Vejamos o caso da saúde dos povos indígenas e o próprio programa da Aids: esses projetos são do SUS (Direito de Todos e Dever do Estado), com financiamento de bancos multilaterais, mas são executados a partir de processos de terceirização para ONGs, e a gestão governamental está basicamente sendo feita pela figura de consultores. Tanto a Coordenação Nacional quanto as Coordenações Estaduais têm um mínimo de funcionários de carreira e um máximo de consultores, sem direitos trabalhistas, que, quando saem, sai com eles a inteligência pública. A carreira dos trabalhadores do serviço público está sem investimento na inteligência e na gestão. Isso não é uma regra da conquista constitucional, isso é o liberalismo assolando as políticas públicas. No caso da saúde dos povos indígenas, a execução de todas as ações é feita por ONGs, o que, segundo o próprio Documento de País do BID, significa barateamento dos serviços. Por causa dos valores financeiros que recebem, muitas organizações da sociedade civil deixam de fazer o papel de protagonistas de controle social e passam a ser executoras, altamente qualificadas, de ações de obrigação do poder público, com baixo custo, investindo no voluntariado e nos recursos humanos, com baixa remuneração, sem direitos trabalhistas e com sobrecarga e precarização das condições de trabalho.

Diversos exemplos podem ser dados em todas as áreas das políticas públicas, mas, sem dúvida alguma, a maior diferença está no relacionamento entre bancos, Governo e sociedade civil organizada. De um lado, grande parte das ONGs não tem informações sobre as Instituições Financeiras Multilaterais e sobre questões básicas, como a cota de participação dos países no poder de decisão dos bancos, os documentos que embasam a atuação das IFMs em nosso país, a carteira de projetos, o custo dos seus empréstimos, formas de pagamento, etc. Por outro lado, há também os financiamentos feitos pelo BID e Banco

Mundial, que vêm carimbados como de desenvolvimento e que, na verdade, são usados para manutenção da política econômica, especialmente visando a estabilidade da moeda.

A ação das Instituições Financeiras Multilaterais é ditada pelos EUA, porque também não há contraposições articuladas pelos demais países como poderia ocorrer, por exemplo, se o Brasil, a Argentina e o México resolvessem adotar posturas conjuntas. Nesse caso, teriam mais poder de voto que os EUA. No entanto, os EUA relacionam-se individualmente com cada país, assim como nós, sociedade civil, que muitas vezes nos articulamos individualmente com o Governo e com os bancos. Os nossos países também fazem a mesma coisa, ou seja, não constroem um contrapoder coletivo e os grupos com domínio econômico negociam separadamente e mantêm o poder.

Quando realizamos o primeiro seminário O Programa Pantanal sob o olhar não- governamental, no Mato Grosso do Sul, com total apoio da Rede Brasil, começamos a gestar a idéia de que precisaríamos construir uma forma de participação verdadeira no desenho do projeto, sendo que alguns grupos queriam fazer o monitoramento externo (somente com a sociedade civil articulando por fora do Programa) e outros falavam em controle social (criando comitê com poder de decisão, inclusive financeira). O BID tinha outro modelo de participação que eles afirmavam que contemplava nossas expectativas: as audiências públicas.

As audiências públicas são a forma mais comum de participação utilizada pelos bancos para afirmarem que estão ouvindo a comunidade. Contratam consultores, fazem o chamamento da sociedade, a gente vai lá, fala tudo o que pensa, eles gravam tudo, até em vídeo, a gente vai embora e não sabe o que vai ser incorporado ou não. Nós já tínhamos uma crítica sobre isso e, quando eles diziam que já tinham ouvido 2 ou 3 mil pessoas em todo o Estado, a gente perguntava, então, o que as pessoas tinham falado e o que eles tinham incorporado, mas eles não sabiam responder. Alguns de nós participamos diversas vezes de conversas com os coordenadores do Programa no BID e era nítido que eles gostavam muito de conversar em reuniões com muitas pessoas, mas gostavam pouco de conversar com organizações e menos ainda com fóruns articulados, com

movimentos. Também gostavam de reuniões em que se fala bastante, mas decide-se pouco. E não há ligação de uma reunião para outra. É como se sempre começasse novamente.

A crítica à participação tornou-se tão freqüente, assim como o envolvimento com tantas organizações, que o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, mais sensível a essa questão que o Governo do Mato Grosso, sentou-se inúmeras vezes para discutir formas diferentes de trabalhar as possibilidades de participação. É interessante que nesse período aprendemos que temos que ter cuidado com cada palavra que falamos: participação, controle social, conselho, comitê, comissão, todas podem ter significados iguais ou diferentes, dependendo de com quem se está conversando. No Mato Grosso, por exemplo, só se tinha acesso aos documentos do Programa quando se falava com o BID e este pressionava o Governo do Estado. No Mato Grosso do Sul, pressionava-se o Governo do Estado e este, muitas vezes, dizia que as dificuldades estavam localizadas no BID.

Nós aprendemos também que é preciso conversar com o Governo do Estado, o Governo Federal e o Banco separadamente, porque, dessa forma, ficamos sabendo das diferenças que existem entre eles, das críticas que fazem entre si e dos problemas de gerenciamento que cada um tem. Mas é quando se coloca, de um lado, a sociedade civil, e do outro, os governos e o Banco, que avançamos nos acordos, pois, além dos problemas de gestão que eles têm, nós apresentamos as nossas propostas e eles têm que dar respostas concretas e não ficar jogando responsabilidade um para o outro.

Depois de mais de um ano, conseguimos negociar a criação de um comitê de monitoramento para o Programa Pantanal, sendo que os Comitês Estaduais e o Comitê Interestadual teriam não só de contemplar as diferenças nos estados, mas também compreender o Programa de forma geral. O primeiro passo importante foi que o Formads do Mato Grosso do Sul assumiu todo o processo de coordenação e interlocução da sociedade civil, dando ênfase à participação de pequenas organizações existentes em todos os municípios abrangidos pelo Programa Pantanal, incluindo aí pescadores, sindicalistas, organizações de pastorais, ONGs, populações indígenas, etc., ou seja, fez um processo plural. Isso foi

importante porque legitimou o Fórum e ao mesmo tempo criou condições favoráveis para a participação das organizações mais comprometidas com a linha de atuação. Quando ocorreu a assembléia de eleição dos componentes do Comitê, sejam os representantes da sociedade civil, sejam os representantes das entidades de pesquisa, tivemos condições políticas para eleger um grupo de maior coesão com as linhas que tínhamos defendido durante todo o processo de monitoramento. Foi o peso da legitimidade.

No Mato Grosso, o processo de eleição da sociedade civil e das organizações de pesquisa ocorreu de forma segmentada. Cada grupo (ONGs sociais, ONGs ambientalistas, sindicatos, pequenos produtores, comunidades indígenas, entidades de pesquisa, produtores rurais) indicou o seu representante em evento próprio e apenas entre os ambientalistas e as ONGs sociais é que ocorreu a assembléia conjunta convocada pelo Formads. Esse processo incorreu num problema subsequente, pois, apesar de ter havido a escolha dos diversos representantes da sociedade civil, o Comitê Estadual não conseguiu reunir-se por muito tempo. Não tendo regularidade de reuniões e acesso às informações, o processo se torna muito mais difícil.

Um outro fator que favoreceu bastante a assembléia de escolha do Comitê foi a articulação que tínhamos feito entre organizações de mulheres, inclusive realizando dois seminários envolvendo mais de 120 mulheres que participam de alguma organização dos dois estados.

Foi com a Iniciativa de Gênero que começamos a fazer outros recortes dentro da discussão do Programa Pantanal. As questões da prostituição e do acesso a benefícios pelas mulheres trabalhadoras rurais não tinham fluído como proposta enquanto as discussões estavam ocorrendo de forma geral no Formads. Não tem jeito, para fazer o recorte de gênero, é preciso reunir as mulheres que estão nas organizações e fazer uma segunda leitura do projeto. Além disso, ainda tem o embate dentro dos fóruns mistos e depois o embate com os governos e o banco. No caso da eleição para o Comitê no Mato Grosso do Sul, além da facilidade de mobilizar as mulheres para estarem na assembléia, dentro da mesma, ocorreram diferentes articulações para que as organizações candidatas indicassem mulheres comprometidas com as lutas feministas e com o desenho

de um modelo de desenvolvimento que atendesse os recortes de gênero, etnia, geração, etc.

Outra discussão que temos feito entre nós mesmos, com os bancos e com os governos, é de onde deve sair o dinheiro para a infraestrutura que viabilize a participação. Nós negociamos e conseguimos destinar US\$ 600 mil, entre os US\$ 400 milhões do Programa, para a participação, inclusive para fazer capacitação e mobilização com as comunidades de base.

A avaliação é de que foi uma grande conquista, mas, por outro lado, é importante lembrar que temos sempre que ficar alerta para que a autonomia da sociedade seja mantida e que há momentos de articulação e mobilização que precisamos viabilizar por nossa própria iniciativa, de tal forma que nos permitam construir nossas próprias propostas. Isso não é fácil, porque, entre as diferentes organizações da sociedade civil, há concepções diferentes sobre desenvolvimento e modelo de gestão da coisa pública. Há tendências fortes de dotar a sociedade de condições para fazer controle social e, por outro lado, muitas entidades almejam e são criadas visando a execução de projetos via terceirização do Estado.

Manter processos de mobilização, manifestação popular e canais de negociação, tanto com os bancos quanto com os governos, é imprescindível. Mas é preciso pensar nossos próprios projetos. Ali encontra-se talvez o maior dos desafios, pois os projetos dos bancos têm uma lógica de desenvolvimento, que é a acumulação do capital, a exploração das nossas riquezas e a sustentação do sistema de expropriação sobre os mais pobres e mais vulneráveis. Nós sabemos muito o que não queremos, mas sabemos pouco o que queremos e os caminhos a percorrer. Por isso, as iniciativas de sustentabilidade econômica e social desenvolvidas pelas comunidades precisam fazer eco, contrapor-se, aparecer no mundo de tal forma que, monitorando um projeto, a gente compreenda a lógica de basicamente todos os demais e possa criar críticas globais aos bancos (como é o caso do Prodetur-Nordeste, por meio das críticas feitas pela sociedade local) que nos permitam prevenir os desastres financeiros e sociais que já ocorreram na região, quando for implantado o Prodetur-Sul.

Para nós, estar no monitoramento do Programa Pantanal hoje significa também alargar os horizontes sobre os demais projetos que estão sendo executados em toda a região, como o gasoduto, as pontes, as estradas, os projetos na área de educação, saúde, turismo... É fazer do Comitê de Monitoramento um lócus estratégico para contrapor-se ao modelo de desenvolvimento que está sendo implantado a partir da segmentação das políticas e dos setores de atuação do Governo, reconstruindo a globalidade cotidianamente.

Finalmente, fazendo o monitoramento de um pequeno projeto, conhecemos a lógica de todos os demais. Fazê-lo exige das organizações que querem estar nesse exercício conhecer a lógica e os movimentos do funcionamento dos bancos, o que querem para a nossa região, para o nosso país e para o conjunto de todos os países onde atuam. É uma atuação local e global e é por isso que estamos aqui, articulando os projetos, a Iniciativa de Gênero, a Rede Brasil, o Fórum Social Mundial... É uma construção de permanente articulação...

Eles, os bancos e os governos, querem discutir as partes, buscando a igualdade. Nós queremos o todo, respeitando as diferenças.

Estela Márcia Scandola

É diretora do Instituto Brasileiro de Inovações pró-Sociedade Saudável – Ibiiss,
filiação ao *Fórum do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul* e à Rede Brasil sobre
Instituições Financeiras Multilaterais.

Sobre a relação entre sociedade civil e BID no contexto do Prodetur

Jefferson Souza da Silva

Agradeço primeiro o convite feito a mim para colaborar com a reflexão proposta por este seminário que considero uma iniciativa importante para a promoção de uma visão crítica e prepositiva sobre o turismo. Espero contribuir para o desenvolvimento dos objetivos do seminário.

O Instituto Terramar surgiu em julho de 1993, como uma sociedade civil sem fins lucrativos, dispondo de um quadro de sócios formado por técnicos, professores/as universitários/as, estudantes e voluntários/as. O Terramar é filiado à Associação Brasileira de Organizações Não-governamentais desde 1994 e à Rede Brasil.

Inicialmente, o Terramar surgiu como uma entidade de assessoria à pesca artesanal, acreditando que o estímulo à mesma poderia cumprir, por si, o papel de fortalecer as comunidades que têm seu modo de vida intimamente relacionado à pesca. Tal fato nos levou, de início, a pensar em desenvolver um trabalho enfatizando o elemento técnico. No entanto, ao longo desses dez anos, houve um deslocamento no sentido de desenvolver um trabalho que contemplasse a resistência dessas comunidades e fortalecesse também seu modo de vida, buscando promover articulações, estimular a organização dos pescadores e moradores, incentivando a

participação nas decisões referentes ao desenvolvimento da zona costeira. Minha fala aqui se organiza a partir dessa experiência. Tomarei em conta as ações do programa de políticas públicas, a organização do Instituto Terramar e as ações do Fórum em Defesa da Zona Costeira do Ceará, do qual o Instituto Terramar é integrante.

O Programa Políticas Públicas e Organização desenvolve ações de assessoria às comunidades e à organização dos pescadores. Acompanha ações que perpassam pelas políticas de turismo, pesca, meio ambiente e outras a elas relacionadas. Procura intensamente dotar essas políticas de um caráter cada vez mais marcadamente público, contribuindo dessa maneira para a desprivatização do Estado.

O Fórum em Defesa da Zona Costeira do Ceará é uma organização da sociedade civil, de caráter político apartidário, que visa agregar e articular organizações não-governamentais (ONGs, universidades, Oscips, associações comunitárias) e movimentos sociais, na defesa de uma zona costeira com qualidade ambiental e qualidade de vida para seus habitantes. Surge da rearticulação do Fórum do Litoral, Cidadania, Desenvolvimento e Meio Ambiente (1994 -1997). Atualmente, participam as seguintes entidades: Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB, Seção Fortaleza; Associação de Pesquisa e Preservação dos Ambientes Aquáticos – Aquasis; Centro de Assessoria e Estudos sobre o Trabalhador – Cetra; Cooperativa Interdisciplinar de Pesquisa e Assessoria Técnica Ltda. – Cipat; Cooperativa de Recursos Humanos – Coopereh; Conselho Pastoral dos Pescadores – CCP/CE; Fórum dos Pescadores e Pescadoras do Litoral Cearense; Instituto da Memória do Povo Cearense – Imopec; Instituto Ambiental; Instituto Terramar; Instituto Terrazul; Sindicato dos Pescadores do Ceará.

O tema desta mesa, a relação entre as instituições financeiras multilaterais (BID, Bird e FMI) com a promoção do desenvolvimento no Terceiro Mundo, é muito polêmico e merece atenção da sociedade. O envolvimento da sociedade civil na construção e no monitoramento das políticas públicas é ponto determinante neste debate. Mas coloco outro ponto importante: a responsabilidade compartilhada dos governos federal, estadual e municipal nas decisões e implementação do Prodetur e nos impactos das ações dele decorrentes.

Diante da velocidade das mudanças no litoral cearense e da complexidade das relações socioambientais que se estabelecem na zona costeira, sentimos a necessidade de construir uma estratégia para compreender melhor um dos principais vetores de transformação do espaço litorâneo que é o turismo. A nossa perspectiva de atuação e preocupação vai para além do Prodetur, procurando não só fazer a crítica ao modelo de turismo desenvolvido, bem como apoiando e fomentando iniciativas de turismo com inclusão social.

A primeira crítica que fazemos ao Prodetur em nosso estado é a de falta de transparência nos atos e fatos que originaram o Programa e que são originados por ele. O Programa nasce como idéia em 1989, a partir de iniciativa do Governo do Estado do Ceará e recebendo o nome de Prôdeturis/CE. Porém, a sociedade civil organizada só toma conhecimento do Programa, e ainda de forma parcial, em 1995, depois de muita insistência e denúncias quanto à falta de transparência nos processos. Essa falta de transparência possibilitou que meia dúzia de empresários, incluindo neste rol o ex-governador do Ceará, Tasso Jereissati, promovessem a especulação imobiliária e a privatização dos espaços públicos nas praias de nosso estado, com informações privilegiadas, estes senhores levaram a cabo vários processos de sedução e ou mesmo de coerção física na perspectiva de estabelecerem uma nova conformação nas posses ou propriedade da terra em varias comunidades litorâneas. Provocando com isso profundos conflitos sócio-ambientais com e nas comunidades pesqueiras litorâneas, principalmente na área escolhida como prioritária do Prodetur I.

Uma segunda reflexão crítica que fazemos à concepção do Programa é a lógica de construção de infra-estrutura (estradas, saneamento, eletricidade, desenvolvimento institucional municipal, etc.) para atrair e privilegiar a instalação de grandes empreendimentos (hotéis, resorts, parques de lazer) em detrimento dos investimentos necessários para o fortalecimento e fomento das pequenas iniciativas comunitárias e de pequenos/as comerciantes que são excluídos desse processo de desenvolvimento.

Além disso, considera-se problemática a posição do Programa frente à questão de conservação e proteção de ecossistemas frágeis; e frente à forma como compreende a relação sociedade-natureza

expressa na tensão entre a proteção ambiental e a proteção às populações tradicionais que habitam as áreas de influência do Programa. Criar áreas de proteção ambiental sem os devidos critérios técnicos e procedimentos necessários para a construção de uma gestão ambiental responsável e compartilhada não contempla a enorme necessidade de construir uma gestão com justiça ambiental, ou seja, que os bônus ambientais (serviços e produtos da natureza) não fiquem só na mão dos ricos, e os ônus da degradação nas mãos dos pobres, mas se construa uma relação sociedade-natureza que garanta equidade de gênero, raça, renda, etc.

O Fórum em Defesa da Zona Costeira do Ceará elencou uma série de críticas apresentadas pelas/os participantes das reuniões promovidas pela Setur/Sebrae em distintas localidades do litoral cearense. A proposta não intencionava incluir o aspecto da avaliação do Programa em sua primeira etapa. No entanto, um levantamento de demandas para a futura implantação da segunda etapa do Prodetur — como o que foi solicitado pela organização do evento — acabava por provocar naturalmente, entre a população local e os próprios componentes do Fórum, o desejo de avaliar alguns aspectos da efetivação do turismo na zona costeira e do Prodetur nos municípios.

Dentre as críticas ali apresentadas, destacamos:

- Os problemas de insegurança na estrada estruturante de acesso às praias devido à má sinalização. A inexistência de um trevo e/ou de uma sinalização adequada teria provocado acidentes e mortes.
- No caso dos pólos de lazer, pensa-se também na população local como usuária dos equipamentos de lazer e cultura e não só “daqueles que vêm de fora”. Questionou-se, por isso, a localização dos pólos de lazer. Dever-se-ia buscar uma localização privilegiada no sentido de atender crianças, jovens, adultos e pessoas de terceira idade; situar-se perto da moradia de seus freqüentadores, de maneira que fosse possível acessá-lo a pé, tanto as crianças quanto seus acompanhantes.
- Considera-se que, aos grandes investidores, estão destinadas as linhas de crédito do BNDES, com um considerável volume de

recursos a ser investido em grandes complexos turísticos. Entretanto, não há linhas de crédito à população local, aos pequenos negociantes (donos de pequenas pousadas, pequenos restaurantes, bares, barracas, grupos de artesão), a estes últimos, recomenda-se “criatividade”.

Poderíamos falar o tempo todo dessas “falhas do Programa”, mas para não nos estendermos nas críticas, prefiro dizer que, para mim, não são falhas. São estratégias deliberadas para facilitar o lucro fácil do grande capital e excluir as populações pobres do processo de desenvolvimento que ora se apresenta para a nossa sociedade.

A ausência de ONGs, movimentos sociais e comunidades no processo de construção de políticas é de tal magnitude que amplia os impactos negativos originados pelas ações do Programa. São poucas e ineficientes as estratégias dos agentes governamentais e do BID para a inclusão das comunidades litorâneas e da sociedade civil na construção do Prodetur. E o mais grave de tudo isso: os governos federal e estaduais se excluem da iniciativa de se democratizar e envolver a sociedade nos processos de decisão do Programa. A estratégia de construção de audiências públicas para analisar os impactos ambientais do Programa, para mim, não são suficientes para equacionar os grandes conflitos socioambientais criados.

O Fórum em Defesa da Zona Costeira do Ceará, questionando esta concepção, vem, ao longo dos últimos anos, fazendo seminários, workshops e reuniões com as comunidades litorâneas na tentativa de democratizar as informações conseguidas com muita luta e construir uma consciência crítica sobre o tema do turismo nas comunidades. Depois de muitas denúncias na imprensa escrita, TV e Internet, o Governo do Estado do Ceará abriu um diálogo tímido e de fachada com o Fórum em Defesa da Zona Costeira do Ceará, mas no qual, entretanto, as considerações, críticas e proposições não são objeto de um reflexão profunda e necessária para as mudanças de rumo do Prodetur.

O BID, também depois de pressões, questionamentos públicos e da impossibilidade de se contrapor às críticas feitas aos erros cometidos, também abriu um canal de diálogo que se mostrou igualmente tímido e insuficiente, marcando algumas reuniões de

avaliação e sugestões para a segunda fase do Prodetur (o chamado Prodetur II). O que presenciamos hoje é uma adequação dos discursos oficiais às críticas construídas pelos movimentos sociais materializadas nos documentos do Banco do Nordeste e do Banco Interamericano de Desenvolvimento e uma artificialização da participação através dos conselhos dos pólos de turismo criados por esta nova estratégia dos governos brasileiros e do BID.

Os conselhos dos pólos de turismo, em particular o do Ceará, tem uma composição majoritária de empresários e representantes do governo, dando conta apenas da necessidade de legitimar os atos do governo e não dando conta da democratização das reflexões e decisões do Prodetur. No BID, assistimos a uma autocrítica no discurso e a uma mudança tímida nas ações, em que a responsabilidade de monitorar e propor políticas é lançada para o governo brasileiro quando interessa, evitando assim um diálogo mais franco e aberto com a sociedade civil. Para dar uma aparência de maior participação e democracia, o BID cria o seu Conselho Assessor com alguns representantes por ele convidados entre ONGs e movimentos sociais. O Conselho possui como finalidade assessorar o Banco nas avaliações de impactos de ações e projetos e na relação com a sociedade civil. Infelizmente, ainda não travamos um debate franco e sincero entre nós (ONGs e movimentos sociais) e entre nós e o BID para tratarmos, entre outras coisas, da forma de escolha de seus membros e do papel institucional que deve ter este Conselho Assessor.

É inegável que precisamos construir alternativas de trabalho e renda para a população, e, dentro do quadro global que se apresenta, o turismo é uma das muitas oportunidades a serem pensadas. Hoje é uma das principais atividades econômicas, não só no Brasil como no mundo. No entanto, não podemos esquecer que um verdadeiro processo de desenvolvimento deve dar prioridade para a inclusão social e a sustentabilidade socioambiental. Para isso, acredito ser necessário construir políticas e programas com a participação da sociedade civil e com ampla democratização de seus instrumentos de planejamento, monitoramento e avaliação.

Para isso acontecer, nós, sociedade civil organizada, temos uma responsabilidade muito grande, a de envolver o restante da sociedade

em um movimento de desprivatização do Estado e responsabilidade socioambiental relativa às políticas públicas. Fortalecer as comunidades para implementarem iniciativas não só de críticas, mas de proposições e atividades para o desenvolvimento de um turismo diferente e socioambientalmente responsável é condição primeira para dar um outro rumo ao seu desenvolvimento.

Quero concluir dizendo que tão importante quanto construir uma relação mais democrática entre a sociedade civil e os agentes financeiros multilaterais — no nosso caso, o BID — é também construir uma reflexão sobre a responsabilidade dos nossos governos e instituições sobre a implementação dos projetos e programas de turismo em nossos estados. Nesse sentido, discutir com a sociedade o papel do Banco do Nordeste, do BNDES, das prefeituras, dos governos estaduais e do Governo Federal são de fundamental importância.

Jefferson Souza da Silva

Coordenador do Programa de Gestão Costeira do Instituto Terramar,
Engenheiro de Pesca, Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela
Universidade Federal do Ceará.

Uma síntese sobre as questões da desigualdade no turismo

Silvia Maria Sampaio Camurça

Os anos 70 marcam no Brasil e no mundo o momento em que é construída a crença de que o turismo é uma alternativa ao desenvolvimento dos países da América Latina. Da mesma época é a idéia de que o turismo é uma indústria “sem chaminés”, ou seja, a indústria que dá dinheiro mas não polui. Hoje o desenvolvimento turístico está fixado como uma meta na imaginação popular e oficial, como a saída, talvez a única, para a economia frágil de muitos municípios e muitos países. Nos anos recentes surgem e multiplicam-se cursos técnicos e universitários sobre turismo, abrem-se fontes de financiamento para empresários e o turismo cresce em participação no PIB (Produto Interno Bruto). No Brasil a atividade do turismo contribui atualmente com pouco mais de 10% do PIB (Embratur).

Apesar de toda riqueza gerada, os impactos da atividade turística no nordeste vem sendo problematizados pelos movimentos sociais. Há muitos indícios de que os benefícios do turismo não são igualmente repartidos, e pior: a depender do tipo de turismo e do tipo de turista que é atraído para o nordeste, muitos problemas podem ser gerados, como veremos mais adiante.

Os movimentos ambientalistas foram os primeiros a denunciar o caráter predatório da indústria do turismo. Mais recentemente manifestaram-se os movimentos de mulheres preocupadas com a exploração do corpo feminino nas propagandas turísticas e com o turismo sexual. Hoje, setores do movimento sindical começam a dar atenção aos problemas e injustiças existentes no mercado de trabalho gerado pelo turismo.

O que pretendo neste texto é apresentar de forma breve e direta um panorama das distintas concepções de turismo que estão hoje em disputa no Brasil e outras partes do mundo, apontar alguns mitos e resumir os muitos problemas que vem sendo relacionados ao modelo de turismo promovido pelos governos e organismos de desenvolvimento. Na medida do que já conheço, indico alternativas que começam a ser debatidas entre os movimentos sociais.

Esta reflexão vem sendo elaborada no contexto das atividades de monitoramento do Prodetur (Programa de Ação para o Desenvolvimento Integrado do Turismo) realizado pelas organizações da sociedade civil que constituem a Iniciativa de Gênero entre elas o SOS Corpo, organização na qual trabalho. É no espaço da Iniciativa que fui buscar a maioria das informações aqui sistematizadas e onde temos encontrado o espaço de debate e elaboração de um pensamento crítico sobre o turismo.

O turismo é um grande negócio, para poucos

A primeira coisa que chama atenção quando lemos a respeito ou debatemos a visão governamental e a visão do Banco Interamericano de Desenvolvimento sobre turismo é tratá-lo simplesmente como um negócio de empresas e empresários, tendo muito pouco ou quase nada a ver com as populações das localidades turísticas e quase nada de responsabilidade com redução da pobreza, embora seja apontado como fator de desenvolvimento econômico, leia-se aumento do PIB.

Nesta perspectiva, o negócio do turismo deve envolver lucros, que se fazem pela exploração de riquezas naturais do Nordeste, paisagens transformadas em mercadorias. Esta é a idéia do turismo como indústria. A exemplo de outras indústrias, é preciso um capital, uma empresa, mão-de-obra e matéria prima, além do consumidor. No caso do turismo, o consumidor é o turista e sua família, quando tem uma. A empresa é um hotel e a matéria prima é a paisagem.

O desenvolvimento do turismo, neste caso, se faz da seguinte maneira: o governo atrai com vantagens diversas um investidor que instala uma empresa, que por seu turno vai empregar pessoas, para “vender” ao turista o acesso confortável à natureza daquele local - a praia, a areia, o sol, os coqueiros, ou à cultura: música, folclore, artesanato, culinária, arquitetura de um local. Se supõe que quanto mais turistas este investidor atrair, mais dinheiro retorna como lucro, mais emprego será gerado e mais desenvolvimento acontecerá no local onde está instalada a empresa. Mas será que isto é assim mesmo? Vejamos.

Esta forma de pensar e fazer o desenvolvimento do turismo é dependente dos investimentos e do mercado externo, ou seja tudo é pensado para atrair investidores de fora do País e turistas de fora do País ou de fora da região Nordeste, de preferência em grande quantidade, o chamado turismo de massa. Para atrair estes investidores além de oferecer infraestrutura gratuita (nós é que pagamos os empréstimos do BID contraídos para construir estradas, esgotos, etc.) os governos costumam oferecer isenção de impostos para os donos de hotéis, de 5, 10 até 20 anos, e há ainda, em alguns casos, linhas de financiamento para apoiar a construção dos hotéis. Portanto, ficamos com a dívida dos empréstimos para fazer a infraestrutura e sem os impostos gerados pelo lucro do investidor, que pagará apenas os empréstimos que conseguiu para seu estabelecimento, em geral com juros subsidiados.

O modelo de equipamento turístico mais comum no turismo de massa são os complexos turísticos de grande porte, para 300, 500, até 1000 pessoas, onde se oferece de tudo ao turista de modo a evitar que ele saia de dentro do espaço do hotel. Ali o turista encontra diversão, descanso, restaurantes, jogos, festas, barcos, charretes, tudo. Não precisa sair pela redondeza, nem tomar contato com a cultura local a não ser através de coisas e figuras típicas colocadas dentro do hotel: uma baiana, uma tapioqueira. Portanto, o dinheiro que o turista poderia deixar na comunidade fica dentro do hotel, tudo ele compra ali mesmo, sem ir ao comércio da localidade.

O espaço de construção destes grandes hotéis em geral são na beira mar, onde tradicionalmente estavam as casas de pescadores, e onde existiam os mangues, no caso do Nordeste. Os mangues são a maternidade e a creche dos peixes, ali eles se reproduzem e crescem antes de irem ao mar, além

de ali viverem os mariscos e caranguejos, fonte de alimentação importante. Para implantar grandes hotéis no litoral nordestino, áreas de mangue são aterradas. Portanto os peixes perdem seu lugar de reprodução, a comunidade perde parte das fontes tradicionais de alimentos e a pesca artesanal, principal trabalho de muitas mulheres e homens, fica prejudicada pela crescente escassez de peixes.

De outro lado, poderíamos pensar que estes empreendimentos geram emprego e que isto compensaria as perdas de oportunidades na pesca. Mas não é exatamente assim. Os hotéis contratam muita gente mas necessitam de pessoas com experiência e grau de instrução mais elevado do que a média das comunidades praieiras do Nordeste. Estudos revelam que a maior parte dos postos de trabalho gerados e os melhores postos de trabalho e salários são ocupados por pessoas de fora da comunidade, na maioria homens.

Poderíamos então imaginar que a construção das estradas e o saneamento gerariam os empregos, ainda que temporários, e que fariam o dinheiro circular no comércio local. Mas também não é exatamente assim que acontece. A matéria prima para as construções públicas é comprada fora da comunidade (cimento, asfalto, etc); a empresas construtoras de estradas em geral também são de fora da comunidade. Resta como emprego, para os homens, os cargos de ajudantes nas obras, com remuneração menor que o pessoal experiente já contratado pelas empreiteiras. Ou seja, o dinheiro gerado pelo turismo de massa circula muito pouco pela mão da comunidade local e concentra-se na mão de empresas de fora. Estas acabam por deixar quase nada na comunidade a não ser a devastação ambiental e alguns novos problemas sociais.

O turismo sexual

Associado ao modelo de turismo de massa, o turismo sexual veio se desenvolvendo no Brasil, em particular no Nordeste, acompanhando o próprio crescimento do turismo. Isto também já ocorreu em outros países da Ásia, África e América latina, onde existiam muitas pessoas em situação de pobreza e nos quais se incentivou um turismo de massa.

O Chame (Centro Humanitário de Apoio à Mulher) estuda este problema e faz uma distinção entre turismo sexual e prostituição, atividade que existe há muito tempo em grandes e pequenas cidades. O turismo sexual envolve o relacionamento sexual duradouro (vários dias, às vezes semanas) entre um viajante (em geral homem) e uma moradora da localidade visitada (em geral uma mulher jovem). É uma forma de relacionamento sexual que explora de diferentes maneiras estas jovens. Conforme já descrito nesta publicação, não há pagamento em dinheiro, o pagamento se faz pela doação de presentes diversos, em geral vestuário e pagamento de refeições ou passeios. As jovens, além de realizarem gratuitamente o trabalho da profissional do sexo, atuam também como guias turísticos, sem que para isso o turista precise gastar nada, e atuam como seguranças, pois evitam que ele sejam enganados por outros profissionais como taxistas e barraqueiros de praia. Tudo isso sem pagamento.

Estudos do Chame demonstram que o sexo- turismo não ocorre desordenadamente ou de forma espontânea. Há um conjunto de atores no processo, que envolve desde agências de viagens, passando por porteiros de hotel e intermediários de diferentes tipos. Muita gente lucra com este tipo de turismo, mas este é um tipo de turismo que menos benefícios econômicos traz às comunidades do Nordeste. Muitos turistas chegam com o pacote comprado no exterior ou no Sul do País: a passagem, a hospedagem no hotel e o serviço de uma acompanhante. Tudo pago direto à agência antes mesmo de chegar ao Nordeste.

O turismo sexual quase não deixa dinheiro no País, muito menos na localidade onde acontece. Pior, este tipo de turismo afasta o turismo familiar. Isto já ocorre em muitas praias de capitais nordestinas, onde a presença do turismo sexual é tão marcante que os turistas que viajam com crianças e adolescentes evitam ficar ali. Isto causa mais perdas financeiras, pois quem viaja com crianças e jovens; é quem mais gasta com passeios, alimentação e compras de todo tipo nas localidades que visitam.

Uma prática que sustenta e promove o turismo sexual é a prática de transformar tudo em mercadoria para o consumo do turista. Um turismo que destrói mangues e desrespeita a natureza, transformada em simples paisagem a ser vendida, transforma também as mulheres. Estas são um

corpo oferecido ao turista nas inúmeras propagandas sobre o Brasil e o Nordeste, muitas delas assinadas pelos governos mas também assinadas por cartões de crédito e hotéis. Quando não apresentam mulheres, as propagandas insinuam a possibilidade de sexo fácil e barato, ou associam as mulheres a mais um componente da natureza local exótica e disponível para ser consumida. É por isso que cresce a cada dia o número de vôos fretados que chegam aos novos aeroportos desta região, trazendo principalmente homens, de diferentes localidades do Brasil e do exterior, para fazerem turismo sexual.

Onde está a saída? Devemos acabar com o turismo?

O turismo de massa pode acabar com as culturas tradicionais, acabar com a pesca artesanal, destruir pessoas e lugares, violar direitos humanos. Mas o turismo dificilmente pode ser uma atividade que deixará de existir. O intercâmbio com outros povos, a experiência de conhecer lugares distintos dos nossos, o lazer e diversão sempre serão atividades atraentes às pessoas de todas as idades. E, melhor, é possível trabalhar no turismo, preservar o meio ambiente e gerar renda a partir desta atividade. Mas o que se precisa é mudar a lógica da política de turismo e a idéia de desenvolvimento turístico.

Fala-se hoje em turismo de baixa intensidade, ou seja, um turismo de poucas pessoas, sem mega eventos, mas com atrações permanentes. Pensa-se nas possibilidades de turismo sustentável e ecológico, onde a atração seja a natureza, mas não para o consumo predatório e sim para ser apreciada com o cuidado que a natureza merece.

Outros começam a experimentar formas comunitárias de empreender atividades turísticas, gerando a renda, que fica nas mãos da localidade. Surgem cooperativas em comunidades praieiras que, com pequenos hotéis, poderão atrair um tipo de turista diferente daquele do turismo de massa e do turismo sexual. Um turista interessado nas coisas, pessoas e cultura de cada lugar, que deseje conhecer, passear e, acima de tudo, respeite o lugar.

Mas, para criar e tornar reais estas alternativas, será preciso, primeiro de tudo, contradizer as crenças atuais no turismo a qualquer preço; identificando e debatendo os problemas que gera. Será preciso questionar

as atuais políticas governamentais, construir argumentos e críticas e levá-las à opinião pública, aos jornais, às rádios. Enfim, criar consciência social sobre este problema.

Será preciso desenvolver o turismo ao mesmo tempo em que se desenvolve a consciência social sobre os problemas do lugar, para que as pessoas possam repensar suas relações umas com as outras, com a natureza e com a cultura de seus lugares, tantas vezes desqualificadas ou transformadas em mera curiosidade pelo turismo. Para as mulheres será preciso produzir um pensamento coletivo e posição sobre as políticas de turismo, fazendo crescer o movimento das mulheres e a movimentação de mulheres envolvidas com a busca de alternativas.

Enfim, será preciso desejar um tipo de desenvolvimento mais justo e sustentável e ter a disposição de lutar por ele.

Silvia Maria Sampaio Camurça

Socióloga, educadora do SOS Corpo Gênero e Cidadania, atual secretária
executiva da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB).

Algumas proposições para o turismo sustentável à luz da avaliação crítica dos impactos negativos do Prodetur no Ceará.

Fórum em Defesa da Zona Costeira do Ceará,

Desenvolvimento de um modelo de turismo integrado às demais atividades econômicas

A idéia de um modelo turístico que vem como panacéia, como redentor e salvador de uma região, preocupa-nos e se traduz quando essa proposta turística não integra outros componentes de atividades econômicas já realizadas historicamente na região costeira.

Já vimos e conhecemos experiências de desenvolvimento do turismo que promoveram o abandono das atividades econômicas primárias (pesca, agricultura, extrativismo vegetal, entre outras). Tal fato levou as populações a buscarem oportunidade de emprego e renda tão-somente no turismo.

A ausência de diversificação da economia na região costeira e o turismo tomado como atividade única, sujeita à instabilidade de demanda turística, à sazonalidade, justificam que um programa como o Prodetur considere essa preocupação em suas estratégias.

A integração com iniciativas que fortaleçam a pesca artesanal (completamente abandonada pelo Estado) e a pequena agricultura são estratégias fundamentais de fortalecimento do turismo.

A nossa gastronomia é toda baseada em uma diversificada e múltipla gama de pescados (lagosta, camarão, pargo, cavala, serra, guaiúba, cioba, bijupirá), que vêm sendo ameaçados pelas condições de vida do pescador artesanal (segregação espacial, degradação ambiental, ausência de políticas de fortalecimento da pesca artesanal). O processo vivido e sentido pela pesca encontra paralelo em outros setores, como a agricultura e o artesanato.

Nesse sentido, o Prodetur deve considerar o apoio a iniciativas que visem:

- o ordenamento da pesca no litoral;
- a atualização de tecnologias tradicionais¹ (embarcações com características tradicionais — propulsão a vento, pequeno tamanho, fácil navegabilidade — em conjunção com outras características capazes de atrair as novas gerações para a pesca: maior segurança e melhores condições de trabalho, múltiplo uso — pesca e turismo —, possibilidade de maior autonomia e utilização de alguns equipamentos eletrônicos).
- o fortalecimento de grupos de artesãos;
- o fortalecimento da pesca artesanal.

A necessidade de garantir o espaço das populações tradicionais

No Ceará, só para ilustrar o fato, essa demanda se fará presente principalmente na próxima etapa do Prodetur, que envereda por uma região onde essas comunidades predominam e vêm sendo ameaçadas: Tatajuba, Maceió em Camocim, Sabiaguaba, Apiques e Maceió (Itaipoca).

A segregação espacial, além de outros prejuízos à população local, desestrutura muitas vezes o desenvolvimento das atividades

econômicas. Os equipamentos podem se instalar em áreas vazias, sem promover o deslocamento das populações.

Descentralização, participação e capacitação dos atores locais

Há fragilidade dos atores locais no sentido de perceber os desafios para uma consolidação do turismo em bases sustentáveis na maioria dos municípios. Essa fragilidade não se restringe à população local, mas reside sobretudo nos agentes privados e públicos responsáveis pelo desenvolvimento da atividade nos municípios. Ela indica uma ausência de clareza quanto à vocação turística que se gostaria de consolidar e quanto ao aspecto de como as demandas responderiam e iriam ao encontro de resolver os entraves para essa consolidação turística municipal ou localmente. Espera-se não um espetáculo de demandas pontuais e fragmentadas que cumpram toda e qualquer sorte de objetivos e interesses, sem nenhuma articulação entre eles e não balizados por qualquer estratégia de desenvolvimento do turismo, ainda que incipiente. Mas há uma ausência de planejamento e organização da atividade turística local (localidades costeiras), municipal e regional articuladas entre si (referente à área prioritária do Prodetur).

Partindo para a segunda fase do Prodetur, a despeito de uma Política Nacional de Municipalização do Turismo Nacional existente, pouco tem se consolidado nesse sentido a ponto de possibilitar a formulação, a execução e a gestão de políticas de turismo municipais ou regionais. Recomendamos que a segunda etapa do Prodetur agregue essa preocupação como estratégia fundamental de desenvolvimento do turismo.

Acreditamos que o Prodetur (segunda etapa) deva priorizar o fortalecimento institucional das prefeituras e dos atores locais com vistas à capacitação, à formulação, à execução e à gestão de políticas de turismo municipais ou regionais. Acreditamos que as políticas de capacitação têm sido centradas em produtos e não em estabelecimentos de processos.

Muitas vezes, a participação tem sido vista como comunicação: “a população está informada, logo participa”. A população é convidada a tomar conhecimento da proposta, dos programas e dos projetos turísticos — e, dessa maneira, consolida-se uma *participação* tolhida,

que aparentemente torna as ações mais fluidas e velozes. Tal procedimento justifica, no entanto, o pouco sentimento de *pertencimento* e de *apropriação* que as populações locais nutrem frente às ações de desenvolvimento do turismo. Sem comprometimento, envolvimento e capilaridade, é difícil conceber uma estratégia de turismo de sucesso — a menos que esta esteja em franco confronto com o interesse de desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida das populações locais. Dessa maneira, deve-se incrementar a participação *efetiva* das populações locais.

PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL

Em nossa primeira carta ao BID, dividimos nossa preocupação quanto ao fato da infra-estrutura do Prodetur, em sua primeira fase, estar sendo implantada em municípios que não possuíam seus Planos Diretores de Uso e Ocupação do Solo. Acreditamos que essa foi uma das questões mais pertinentes lançadas ao BID e ao Governo do Estado — e agora já vemos, na realidade, as implicações desse descompasso entre implantação de infra-estrutura e planejamento territorial.

Acreditávamos que uma política de ordenamento territorial — referente à utilização do solo, promovendo um zoneamento ambiental, a definição de atividades potenciais, o controle de estilos e das dimensões dos equipamentos, bem como o implemento de políticas de prevenção e controle da poluição sonora e das águas — deveria anteceder a qualquer política de alocação de infra-estrutura. Não acreditamos que o Prodetur possa ter substituído essas políticas — e o avanço da degradação ambiental e da especulação imobiliária são as principais decorrências dessa inversão. Eis, então, alguns aspectos a serem considerados:

Elaboração de planos e projetos urbanísticos

Muitos municípios costeiros não tinham e não têm seu plano diretor, sua lei de parcelamento do solo, lei de uso e ocupação do solo, códigos de obras e posturas e sanitário. Ainda que o consideremos uma peça fundamental para o planejamento territorial, observamos que as localidades costeiras têm ficado fora dessas normatizações.

Devido a esse fato, observamos que o crescimento desordenado frente à ausência de regras para ocupação do solo continua imperando nas pequenas localidades. Sugerimos que o Prodetur realize uma experiência de gestão territorial piloto na orla marítima² como contribuição ao uso e à ocupação do solo inclusive através de mecanismos tributários que desestimulem o uso e a ocupação inadequados na zona costeira e na orla marítima.

Buscar a integração dos equipamentos turísticos às paisagens

Regular a construção de equipamentos turísticos e mesmo a expansão urbana. Atualmente se observa que o crescimento desordenado de algumas localidades — como o do município de Paracuru nos anos 80 — passa a se reproduzir em menor escala a partir da segunda metade da década de 90; entre outras, nas localidades costeiras de Trairi. Em Flecheiras, por exemplo, pudemos ver o surgimento do Barreiro como bairro periférico, cuja população é oriunda da faixa de praia e se deslocou dada a incorporação dessa área por pousadas, casas de veraneio, bares e restaurantes. É uma área que cresce com relativa velocidade, sem infra-estrutura, ameaçando a contaminação da água utilizada para consumo humano pela população local. Ainda em Flecheiras, observa-se a rápida saturação da faixa de praia, a ocupação de espaços públicos com construções que fogem ao padrão de arquitetura local (leve), a terraplanagem de dunas reliquias e o desmatamento. Efetivamente é necessário um código de obras e posturas para as localidades de destinação turística, regulando a construção de equipamentos, incentivando uma arquitetura adequada às tradições da localidade, regulando a relação entre áreas ocupadas e áreas livres.

Eleição da mesma região para atividades econômicas que se conflitam (Turismo e Indústria)

A mesma área foi eleita para o desenvolvimento de uma proposta turística pautada no binômio sol e mar (Caucaia, São Gonçalo, Paraipaba, Paracuru, Trairi e Itapipoca), bem como para as zonas

portuária e industrial a esta associada (Porto do Pecém, no município de São Gonçalo do Amarante, diretamente, e, indiretamente, Caucaia).³

O impacto das estruturas portuárias, da dragagem e dos resíduos provenientes da lavagem dos porões dos navios traz um conflito de uso da costa do Pecém e adjacências. O problema de erosão costeira em Pecém e em todo o litoral oeste deve ser monitorado e prevenido através do planejamento do uso e ocupação do solo.

INFRA-ESTRUTURA

Saneamento excludente

Sabedores da relevância do saneamento para a população brasileira, e estando esta majoritariamente na zona costeira, espantamos o descaso com a questão do saneamento básico para as localidades litorâneas. É conhecido o déficit que a maioria das cidades brasileiras acumula em matéria de saneamento e abastecimento d'água. Preocupa sobremaneira o fato das localidades turísticas costeiras não terem sido contempladas com esses serviços na primeira fase do Prodetur, salvo algumas exceções: Lagoinha (água e esgoto), Baleia, Pecém, localidades de Caucaia — e as sedes dos municípios que coincidentemente se localizam no litoral, como Paracuru. As localidades costeiras de Trairi (Mundaú, Emboaca, Guajiru, Cana Brava) e mesmo Paracuru, na região mais periférica, Capim-açu, Taíha, ficaram sem esses serviços — sendo, contudo, as localidades de praia que hoje recebem os turistas e sentem o impacto da sua multiplicação por ocasião da alta estação, sofrendo com a demanda por esses serviços.

Não nos parece que um programa que visa o benefício das populações locais, através da implantação da infra-estrutura com vistas ao desenvolvimento do turismo, deixe de considerar que não se pode fazer um saneamento excludente, só para as áreas de equipamentos turísticos, e deixar as adjacências (lugar dos moradores locais) excluídas do serviço. Dessa maneira, esse tipo de benefício

só concorre para o aprofundamento de desigualdades. Selecionando seus locais de implantação por faixa de renda, perde a visão integrada e, voltados para estimular o turismo, não pode distribuir seus equipamentos segundo faixas de renda da população.

Necessidades de destinação para os resíduos sólidos

Quanto à destinação dos resíduos sólidos, na primeira etapa do Prodetur, em seu componente de desenvolvimento institucional, houve a preocupação de trabalhar as prefeituras para uma otimização do serviço de limpeza pública. No entanto, a ausência de aterros sanitários limita fortemente a capacidade de destinação dos resíduos. Consideramos que a viabilização de aterros para atender à necessidade de destinação dos resíduos sólidos distribuídos regionalmente, procurando contemplar a demanda da zona costeira oeste, terá forte impacto sobre a qualidade de vida local e conseqüente qualificação de uma proposta turística.

MEIO AMBIENTE

É preocupante a degradação ambiental da zona costeira, que impede a implantação de qualquer proposta de turismo qualitativa. O comprometimento da atratividade turística como conseqüência dessa degradação não deixa de afetar também a rentabilidade econômica. Dessa maneira — apesar de não podermos atribuir nem ao turismo nem ao Prodetur o quadro de degradação presente em nossa zona costeira —, não podemos deixar de considerar que o componente ambiental deva ser fundamentalmente considerado enquanto princípio e ação para que a atratividade do patrimônio natural não se transforme em motivação para esse processo de degradação. Assim, tomamos como um imperativo a questão da reformulação do componente ambiental na segunda etapa do Prodetur diante dos seguintes fatos:

- A maioria das unidades de conservação está só no papel. A ausência de regulamentação das unidades de conservação através de lei municipal ou estadual (APA de Tatajuba, APA de Ponta Grossa, a ausência dos comitês de gestão nessas unidades,

ou de qualquer plano de manejo e/ou conservação, e a multiplicação da criação dessas unidades de conservação, sem observar essas exigências e necessidades) parece-nos uma frágil estratégia de conservação, para não dizer aparente. Diante desse fato, solicitamos a discussão detalhada do componente ambiental com a sociedade civil (audiência pública ou sessão no Coema, ou os dois) para permitir uma avaliação e um redirecionamento. É necessário que a implantação de unidades de conservação aconteça de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc).

- A estratégia do componente ambiental tem-se mostrado totalmente ineficaz no sentido de conservar os ecossistemas ao longo da zona costeira. Deve-se levar em conta as potenciais e atuais agressões às áreas de estuários e manguezais; a poluição das águas estuarinas; os efluentes lançados de volta ao ecossistema manguezal pela carcinicultura; a privatização da zona costeira; o desmonte das dunas reliquias; os loteamentos à beira-mar, que comprometem a orla marítima; a erosão costeira; o desmatamento, entre outros.

Programa de Educação Ambiental destinado à zona costeira cearense, sobretudo à costa oeste

Recomendamos a implantação de um Programa de Educação Ambiental que trabalhe o maior conhecimento dos ecossistemas costeiros, a dinâmica sociedade-natureza nesse contexto, a atividade turística e os impactos ambientais a elas concernentes: a pesca, a aquíicultura e a gestão costeira, a cidadania e o conhecimento da legislação ambiental aplicada à zona costeira, a política de conservação ambiental, a prevenção à contaminação das águas superficiais e dos aquíferos, a destinação adequada do lixo, a reciclagem, entre outros temas. Acreditamos que a execução do *Programa de Educação Ambiental do Estado do Ceará – Peace*, envolvendo a população local, as escolas municipais e estaduais, a sociedade organizada, os agentes privados do desenvolvimento do turismo e as próprias prefeituras, seja de fundamental importância.

só concorre para o aprofundamento de desigualdades. Selecionando seus locais de implantação por faixa de renda, perde a visão integrada e, voltados para estimular o turismo, não pode distribuir seus equipamentos segundo faixas de renda da população.

Necessidades de destinação para os resíduos sólidos

Quanto à destinação dos resíduos sólidos, na primeira etapa do Prodetur, em seu componente de desenvolvimento institucional, houve a preocupação de trabalhar as prefeituras para uma otimização do serviço de limpeza pública. No entanto, a ausência de aterros sanitários limita fortemente a capacidade de destinação dos resíduos. Consideramos que a viabilização de aterros para atender à necessidade de destinação dos resíduos sólidos distribuídos regionalmente, procurando contemplar a demanda da zona costeira oeste, terá forte impacto sobre a qualidade de vida local e conseqüente qualificação de uma proposta turística.

MEIO AMBIENTE

É preocupante a degradação ambiental da zona costeira, que impede a implantação de qualquer proposta de turismo qualitativa. O comprometimento da atratividade turística como conseqüência dessa degradação não deixa de afetar também a rentabilidade econômica. Dessa maneira — apesar de não podermos atribuir nem ao turismo nem ao Prodetur o quadro de degradação presente em nossa zona costeira —, não podemos deixar de considerar que o componente ambiental deva ser fundamentalmente considerado enquanto princípio e ação para que a atratividade do patrimônio natural não se transforme em motivação para esse processo de degradação. Assim, tomamos como um imperativo a questão da reformulação do componente ambiental na segunda etapa do Prodetur diante dos seguintes fatos:

- A maioria das unidades de conservação está só no papel. A ausência de regulamentação das unidades de conservação através de lei municipal ou estadual (APA de Tatajuba, APA de Ponta Grossa, a ausência dos comitês de gestão nessas unidades,

ou de qualquer plano de manejo e/ou conservação, e a multiplicação da criação dessas unidades de conservação, sem observar essas exigências e necessidades) parece-nos uma frágil estratégia de conservação, para não dizer aparente. Diante desse fato, solicitamos a discussão detalhada do componente ambiental com a sociedade civil (audiência pública ou sessão no Coema, ou os dois) para permitir uma avaliação e um redirecionamento. É necessário que a implantação de unidades de conservação aconteça de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc).

- A estratégia do componente ambiental tem-se mostrado totalmente ineficaz no sentido de conservar os ecossistemas ao longo da zona costeira. Deve-se levar em conta as potenciais e atuais agressões às áreas de estuários e manguezais; a poluição das águas estuarinas; os efluentes lançados de volta ao ecossistema manguezal pela carcinicultura; a privatização da zona costeira; o desmonte das dunas reliquias; os loteamentos à beira-mar, que comprometem a orla marítima; a erosão costeira; o desmatamento, entre outros.

Programa de Educação Ambiental destinado à zona costeira cearense, sobretudo à costa oeste

Recomendamos a implantação de um Programa de Educação Ambiental que trabalhe o maior conhecimento dos ecossistemas costeiros, a dinâmica sociedade-natureza nesse contexto, a atividade turística e os impactos ambientais a elas concernentes: a pesca, a aquíicultura e a gestão costeira, a cidadania e o conhecimento da legislação ambiental aplicada à zona costeira, a política de conservação ambiental, a prevenção à contaminação das águas superficiais e dos aquíferos, a destinação adequada do lixo, a reciclagem, entre outros temas. Acreditamos que a execução do *Programa de Educação Ambiental do Estado do Ceará – Peace*, envolvendo a população local, as escolas municipais e estaduais, a sociedade organizada, os agentes privados do desenvolvimento do turismo e as próprias prefeituras, seja de fundamental importância.

MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA E BENEFÍCIOS À POPULAÇÃO LOCAL

A geração de emprego e renda

Existe uma carência de informações e dados confiáveis para se poder avaliar o tamanho e o impacto do turismo nas economias locais. Temos dúvidas de que estejam sendo criados novos postos de trabalho ou de que esteja havendo substituição de postos de trabalho, em determinadas atividades (agricultura, pesca), por outros, como os que são atribuídos à atividade turística.

Acreditamos que é necessário promover um levantamento de potencial de empregabilidade, considerando diferenciações dentro da população que comportem perceber esse potencial entre homens e mulheres, entre indivíduos dentro de diferentes faixas etárias e também diferentes grupos étnicos. Interessa-nos perceber o grau de instrução, a potencialidade de empregabilidade e, a partir daí, formular estratégias de capacitação adequadas, capazes de modificar a realidade de emprego e renda nas localidades litorâneas.

AValiação E MONITORAMENTO

Definição de metas e indicadores mais objetivos, claros, para avaliação.

Para possibilitar o monitoramento e o acompanhamento da execução do Programa, é importante detalhar mais precisamente indicadores de processo e de realização das atividades, metas.

Política de informação e comunicação

A fim de permitir o conhecimento e o acompanhamento do Prodetur, sugerimos que as informações, com maiores detalhes, possam ser disponibilizadas pela Internet, propondo uma atualização sistemática das mesmas.

Organizações que participam do *Fórum em Defesa da Zona Costeira do Ceará*

Instituto Terramar; Associação de Pesquisa e Preservação dos Ambientes Aquáticos – Aquasys; Centro de Assessoria e Estudos sobre o Trabalhador – Cetra; Comunicação e Cultura; Instituto da Memória do Povo Cearense – Imopcc; Cooperativa Interdisciplinar de Pesquisa e Assessoria Técnica Ltda. – Cipat; Cooperativa de Recursos Humanos – Cooperh; Instituto Ambiental; Associação de Geógrafos do Brasil – ACB; Sindicato dos Pescadores do Ceará; Fórum dos Pescadores do Litoral Leste; Fórum dos Pescadores do Litoral Oeste.

Notas

- ¹ O projeto de utilização do catamarã está sendo testado no litoral leste, na comunidade da Prainha do Canto Verde, apresentando maior potencialidade para o litoral oeste — dada a caracterização geomorfológica da costa e da potencialidade turística presente.
- ² O *Projeto Orla* é coordenado pela Secretaria de Patrimônio da União em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e intenciona desenvolver experiência-piloto para testar metodologia de controle da ocupação da orla marítima.
- ³ Consultar artigo de Fábio Perdigão Vasconcelos intitulado *Impactos do processo de industrialização sobre as atividades turísticas da zona litorânea do Pecém (CE)*. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (org.). **Turismo e Ambiente reflexões e propostas**. São Paulo: Hucitec, 1997.

O que é a Iniciativa de Gênero

A Iniciativa de Gênero é a forma abreviada de nomear a "Iniciativa de Monitoramento da Ação das Instituições Financeiras Multilaterais no Brasil em uma Perspectiva de Gênero".

A proposta persegue que as diversas entidades, redes, movimentos, etc., Incorporem como um dos seus objetivos a promoção do controle social sobre a ação das Instituições Financeiras Multilaterais (IFMs) no Brasil, segundo a perspectiva da igualdade de gênero e do ponto de vista das populações atingidas pelos programas, projetos e políticas que tais instituições promovem, em especial as mulheres. Trocando em miúdos, trata-se de articular sujeitos sociais para monitorar e produzir conhecimento crítico sobre as ações do BID, BIRD e FMI, principalmente do ponto de vista do seu impacto sobre a vida das mulheres.

Elizabeth Mafra Cabral Nasser

Estela Márcia Scandola

Fabiana Marcelino

Ilena Felipe Barros

Jaqueline Souza Leite

Jefferson Souza da Silva

Jolúcia Batista

Luizianne Lins

Maria Dolores Mota Farias

Marion Teodósio de Quadros

Sheila Nogueira

Silvia Maria Sampaio Camurça (org.)